abc

DOS CONHECIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS

QUE É o Sistema Mundial do Socialismo?

G. PIROGOV

EDIÇÕES PROGRESSO

ABC dos Conhecimentos Sociais e Políticos

G. Pirogov

QUE É O SISTEMA MUNDIAL DO SOCIALISMO?

Edições Progresso · Moscovo

Tradução de I. Chaláguina
Revisão de J. Milhazes

АБС СОЦИАЛЬНО-ПОЛИТИЧЕСКИХ ЗНАНИЙ

Colectivo dos colaboradores da colecção: F. Volkov (redactor-chefe), E. Gúbski (redactor-chefe adjunto), F. Burlatski, V. Zotov, V. Krapivine, I. Popov, V. Sobolev, F. Iurlov

Г. Пирогов

«ЧТО ТАКОЕ МИРОВАЯ СИСТЕМА СОЦИАЛИЗМА?»

на португальском языке

© Edições Progresso, 1987

Impresso na URSS

П $\frac{0302030101—485}{014(01)—88}$ 189—88

ISBN 5-01-00648-0

Capítulo I A PERSPECTIVA SOCIALISTA

O processo histórico mundial de emancipação social, iniciado em 1917 pela Grande Revolução Socialista de Outubro na Rússia, foi assinalado, após a derrota do fascismo alemão e do militarismo japonês, pelo derrube do poder dos exploradores em vários países da Europa, da Ásia e, posteriormente, da América. O socialismo converteu-se num sistema mundial, afirmou-se em enormes vastidões da Terra. Novos e novos povos deixam de confiar no capitalismo, não desejam vincular a ele as perspectivas do seu desenvolvimento, procuram com persistência e encontram vias conducentes às transformações socialistas dos seus países.

Os países socialistas são hoje uma formação internacional poderosa, assente numa economia altamente desenvolvida, numa base científica sólida, num potencial político-militar seguro. O socialismo mundial representa mais de um terço da humanidade, dezenas de países e povos que seguem pela via da revelação multilateral das riquezas intelectuais e morais do homem e da sociedade. Surgiu um novo modo de vida baseado nos princípios da justiça socialista, onde não há opressores e oprimidos, exploradores e explorados, onde o poder pertence ao povo. Os seus traços característicos são o colectivismo e a ajuda mútua entre camaradas, o triunfo das ideias de liberdade, a unidade indestrutível dos direitos e deveres de cada membro da sociedade, a dignidade do indivíduo, o verdadeiro humanismo.

Neste livro examinam-se o aparecimento e o desenvolvimento do sistema socialista mundial, os princípios fundamentais das relações dos Estados que dele fazem parte, a experiência histórica adquirida.

A inevitabilidade histórica do socialismo

Toda a história da sociedade humana é a história do seu ascenso a um nível mais elevado do progresso. Com base em leis objectivas, independentes da vontade e do desejo dos homens, a sociedade passa da comunidade primitiva para o regime esclavagista, do esclavagismo para o regime feudal e deste para o capitalista. Hoje, em

todo o nosso planeta, ganha força o processo de transição do capitalismo para o socialismo.

No seu tempo, o capitalismo desempenhou papel progressista no desenvolvimento da civilização. Mas já há muito esgotou as suas possibilidades históricas e converteu-se numa força que trava o progresso social. Torna-se cada vez mais agudo o conflito entre as forças produtivas, que cresceram gigantescamente, e as relações de produção capitalistas.

Aumenta a instabilidade interna da economia, o que se traduz no afrouxamento do ritmo geral do seu crescimento, no entrelaçamento e aprofundamento das crises cíclicas e estruturais. Entre as suas doenças crónicas figuram o desemprego em massa, a inflação, os colossais défices orçamentais e dívidas públicas.

A concentração capitalista e a internacionalização da produção redundaram directamente no fortalecimento das multinacionais que auferem lucros fabulosos à custa da exploração dos trabalhadores à escala mundial. Elas não só abalam a soberania dos Estados recém-libertados, como atentam contra os interesses nacionais das potências capitalistas desenvolvidas.

A burguesia monopolista manobra permanentemente, tentando adaptar-se à situação alterada. O Estado capitalista procura colocar ao seu serviço as últimas realizações da ciência e da técnica. O mecanismo de exploração tornou-se mais complicado e subtil. Lucros crescentes são tirados da qualificação, das forças intelectuais e da energia dos trabalhadores.

No contexto da crescente influência do socialismo mundial, a luta de classe dos trabalhadores obriga os capitalistas a fazerem por vezes concessões parciais, melhorando até certo ponto as condições de trabalho, a remuneração e a segurança social. Fazem-no para preservar o essencial: o domínio do capital. Mas essas manobras combinam-se, com crescente frequência, com a violência e a ofensiva directa dos monopólios e do Estado burguês contra o nível de vida dos trabalhadores.

A revolução técnico-científica no capitalismo provoca graves consequências sociais. Milhões de trabalhadores postos no olho da rua são condenados à desqualificação profissional e a privações materiais, perdendo toda a confiança no futuro. Grande parte da juventude não pode encontrar uma aplicação para as suas forças e conhecimentos, o que conduz ao desespero. O desemprego em massa persiste em qualquer conjuntura económica.

Os monopólios apoderaram-se das posições dominantes no sector agrário da economia, suplantando milhões de pequenos e médios agricultores. Aqueles que conseguem sobreviver mantêm-se à custa do labor desmedido e de privações. É particularmente grave a situação dos camponeses das antigas colónias e semicolónias. O grande capital explora cada vez mais impiedosamente os pequenos e médios empresários da cidade, envolvendo-os numa teia de dependência financeira.

Mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos é grande o número de pessoas deserdadas, sem tecto, analfabetas e privadas da assistência médica. Persiste a vergonhosa discriminação das minorias nacionais e os direitos das mulheres são espezinhados.

Na esfera política, é própria do imperialismo a tendência para o recrudescimento da reacção em todas as direcções. O capitalismo monopolista de Estado conduz uma ofensiva persistente e, por vezes, subtilmente dissimulada, contra os direitos democráticos conquistados pelos trabalhadores numa luta tenaz. Vendo-se em situações perigosas, recorre sem hesitar à chantagem política, à repressão, ao terror e a actos punitivos. Se as formas habituais de repressão movida contra os trabalhadores não surtem efeito, o imperialismo implanta e mantém ditaduras tirânicas para reprimir militarmente, sob formas abertas, as forças progressistas.

A desumana ideologia do capitalismo contemporâneo causa prejuízos crescentes ao mundo espiritual dos homens. O culto do individualismo, da violência e da licenciosidade, o frenético anticomunismo e a exploração da cultura como fonte de lucro conduzem à penúria espiritual e à degradação moral. O imperialismo engendrou a delinquência maciça e uma vaga terrorista que inundou a sociedade capitalista. Torna-se cada vez mais pernicioso o papel dos "mass media" burgueses que entorpecem a consciência humana no interesse da classe dominante.

A saída do impasse no qual o capitalismo colocou os povos consiste na passagem para as for-

mas socialistas da vida social. É uma perspectiva inevitável tanto para os países que atingiram um alto estádio do capitalismo, como para os povos que se libertaram do jugo colonial e se colocaram no caminho de desenvolvimento independente. A experiência de vários países libertados confirma que, nas condições actuais e na actual correlação de forças no mundo, se alargaram as possibilidades dos países outrora subjugados de repudiarem o capitalismo e edificarem o seu futuro sem exploradores e em benefício dos trabalhadores.

As concepções científicas e não científicas do socialismo

Existem opiniões diferentes a respeito de como deve ser a sociedade socialista e as vias que a ela conduzem. Os países que construíram a nova sociedade baseavam-se na teoria do socialismo científico elaborada por Marx e Engels e desenvolvida nas obras de Lénine. Confirmada pela rica experiência de muitos povos, esta teoria determina os traços essenciais da nova sociedade: a propriedade social dos meios de produção, a ausência da exploração do homem pelo homem, das crises e do desemprego, o desenvolvimento planificado e rápido das forças produtivas. A base técnico-material do socialismo é a grande produção mecânica. O objectivo da produção social é a elevação do bem-estar do povo e o desenvolvimento harmonioso de cada membro da sociedade.

A sociedade socialista compõe-se dos trabalhadores: a classe operária, o campesinato cooperativizado e a intelectualidade. O papel dirigente cabe à classe operária e à sua vanguarda: o partido marxista-leninista. O socialismo é a forma superior de democracia, assegura aos trabalhadores as liberdades políticas, garante os direitos sociais e a igualdade em direitos das nações e povos.

Segundo a teoria do socialismo científico, a passagem do capitalismo para o socialismo realiza-se por via revolucionária, resulta de mudanças radicais na vida política, económica e espiritual e abrange um período mais ou menos longo. A experiência da edificaçcao do socialismo revelou as leis gerais deste processo que, sob uma ou outra forma, se repetem em todos os países que realizam a revolução.

A teoria do socialismo científico tem como base mais profunda uma tese simples e bem compreensível: para satisfazer as suas necessidades vitais, o homem deve transformar, com a ajuda de instrumentos, os objectos da natureza, ou seja, deve trabalhar. E não se trata do homem europeu, africano, cristão ou muçulmano, mas do homem em geral, de qualquer homem. O trabalho é sempre uma actividade colectiva. No processo de trabalho, os homens entram em determinadas relações de produção que condicionam todas as outras relações sociais. O desenvolvimento da produção conduz à mudança das relações de produção. A sociedade passa de uma fase para outra. É preciso assinalar aqui mais uma vez que

a teoria do socialismo científico é internacional, é comum a todos os povos.

Além do socialismo científico, existem muitas outras teorias não científicas do socialismo, desligadas dos processos reais do desenvolvimento social. Ao negar o capitalismo, essas teorias não oferecem, no entanto, uma ideia correcta sobre a sociedade que o deve substituir. Assim surgiu, por exemplo, o "socialismo feudal", cujos representantes, exprimindo o descontentamento face à burguesia, preconizam uma sociedade "socialista" onde dominarão as ordens feudais caducas, pré-burguesas. Existe o "socialismo pequeno-burguês": a teoria dos representantes da pequena burguesia oprimida pela grande burguesia. Para eles, o socialismo é uma sociedade onde domina a pequena propriedade privada das empresas industriais e da produção agrícola.

Certa difusão têm as teorias oportunistas de direita sobre o socialismo, cujos autores procuram apresentar o socialismo como uma sociedade que amadurece gradualmente, sem revolução, no seio do capitalismo, sociedade sem a propriedade social dos meios de produção, sem o poder estatal dos trabalhadores, sem a planificação à escala do Estado, etc. Chamam a isto o "socialismo democrático". Tal socialismo praticamente não difere do capitalismo. As concepções oportunistas de esquerda sobre o socialismo são um outro extremo. Segundo elas, o socialismo é uma sociedade onde tudo é comum: os meios de produção, os objectos de uso individual, as casas, as esposas, os filhos, etc. Todos os membros dessa sociedade têm

o mesmo mínimo de vida. Em todos os seus actos estão subordinados ao comité principal que possui o poder absoluto, ilimitado.

Nos últimos decénios, sobretudo nos países libertados da Ásia e África, difundiram-se diversas variedades de "socialismo nacional". As concepções do "socialismo nacional" empolam o significado, para o desenvolvimento social, das tradições nacionais e dos sentimentos religiosos, das estruturas e relações sociais criadas no passado e da originalidade histórica dos povos dos continentes asiático e africano.

Nas concepções do "socialismo nacional" afirma-se a ideia sobre a suposta incompatibilidade completa do "Oriente" e do "Ocidente", das culturas "oriental" e "ocidental". Do ponto de vista dos representantes do "socialismo nacional", a cultura "oriental", "africana" ou "asiática" tem orientação humana, no centro de todas as relações está o homem. O homem serve de critério de todos os valores e normas da vida social. Os factores humanos da cultura exprimem-se, como consideram, no "espírito de solidariedade", "sentimento de fraternidade", "cordialidade", "capacidade de compaixão, de compreensão mútua". Segundo a sua opinião, todos os homens são profundamente religiosos, a religião comum une-os, leva à bondade, ao amor, ao perdão, etc. Enquanto a cultura "ocidental" é habitualmente identificada com a cultura burguesa e o modo de vida ocidental, com o modo de vida burguês. Ao negar o capitalismo e odiando profundamente as relações implantadas pelo imperialismo, os re-

presentantes do "socialismo nacional" estendem estes sentimentos justos a toda a cultura e a toda a vida ocidental. Segundo eles, o Ocidente é o racionalismo, a exploração do homem e da natureza, a aspiração à violência e à vantagem pessoal.

Tudo isto condiciona o facto de os homens progressistas dos países libertados aceitarem, por uma parte, o socialismo como regime social que traz ao país a independência e a liberdade e, por outra, procurarem criar um socialismo que se diferencie radicalmente do "socialismo europeu, ocidental". As variedades do "socialismo nacional" dependem do traço, costume, tradição nacional que os seus autores absolutizam. Surgem o "socialismo africano", o "socialismo asiático", o "socialismo árabe", o "socialismo dos negros", o "socialismo islámico", etc.

Estas teorias que proclamam a necessidade da luta contra o capitalismo e o colonialismo, pela reorganização da vida social dos povos das antigas colónias têm elementos positivos. Mas o carácter progressista dessas teorias é historicamente limitado; em parte nenhuma se tornaram e não podiam tornar-se a base da luta eficaz pelas profundas transformações sociais, pela verdadeira independência e liberdade.

Capítulo II AS REVOLUÇÕES SOCIALISTAS NA EUROPA, ÁSIA E AMÉRICA LATINA

A liquidação das relações sociais capitalistas e a construção da sociedade nova, socialista, é um processo histórico longo. Começa pela acção revolucionária das massas trabalhadoras directamente orientada para o derrube do poder estatal da burguesia e o estabelecimento do poder dos trabalhadores. Apoiando-se no seu poder, os operários e camponeses, todos os trabalhadores e os intelectuais progressistas realizam transformações no domínio da economia, das relações político-sociais e da cultura.

A revolução socialista

A revolução socialista não sur-

ge de repente, mas é o resultado do desenvolvimento histórico do país. Que premissas provocam a revolução socialista?

Em primeiro lugar, as premissas objectivas que reflectem a crise da sociedade capitalista. Entre elas estão: o agravamento das contradições do capitalismo, a crise do poder da classe dominante, cujos métodos de governar o país se tornam ineficazes; um agravamento anormal da miséria dos trabalhadores que não querem viver como até então; uma intensificação brusca da sua actividade política.

A existência das premissas objectivas ainda não significa que a revolução vai ter lugar. A revolução exige a unidade das condições objectivas e subjectivas. Trata-se da disposição das massas trabalhadoras de participar conscientemente na luta revolucionária pela mudança do regime existente, pela melhoria de sua vida; da existência da vanguarda política madura e experiente da classe operária, capaz de assegurar a direcção da luta revolucionária.

Aos elementos subjectivos é necessário acrescentar ainda a capacidade dos dirigentes da revolução de avaliar sensata e objectivamente a presença de todas as condições necessárias para o início e a conclusão vitoriosa da revolução. Toda a tentativa de impelir as massas trabalhadoras para as acções revolucionárias sem existirem as condições objectivas e subjectivas necessárias para o seu desenvolvimento vitorioso é uma aventura que só pode levar a sacrifícios inúteis.

Quem faz a revolução? As forças sociais nela

interessadas. As massas trabalhadoras. Os operários e camponeses, aos quais adere a pequena burguesia e a intelectualidade. Quem deve estar à cabeça destas massas? A classe mais coesa e socialmente unida que coloca os objectivos, vantajosos, em última instância, a todos. Tal classe é a classe operária dirigida pela vanguarda, o partido político marxista-leninista.

A revolução socialista pode realizar-se por via pacífica ou não pacífica, conforme as circunstâncias reais e a correlação das forças da revolução e, sobretudo, o carácter da resistência das classes dominantes. Em geral, os trabalhadores procuram sempre o desenvolvimento pacífico da revolução, mas a burguesia, como mostra a experiência, recorre à força militar para manter o seu domínio.

Uma das vias possíveis do desenvolvimento pacífico da revolução socialista é a ampla utilização de várias liberdades democráticas e instituições (o parlamento, por exemplo). Mas, também neste caso, numa certa etapa da revolução pacífica, as massas trabalhadoras podem ver-se obrigadas a pegarem nas armas. Isto ocorre quando os círculos governantes, renunciando aos princípios democráticos, passam à resistência violenta, ao esmagamento do movimento revolucionário. A tese marxista-leninista de que as classes dominantes não cedem o poder voluntariamente foi amplamente confirmada pela história. Por isso o derrube das classes dominantes é sempre uma coerção. Mas as formas desta coerção podem ser diferentes, dependendo da correlação de forças

de classe e, principalmente, do carácter da resistência das classes derrubadas.

A revolução pode começar sob formas diferentes, dependentes da situação concreta, mas o seu êxito depende decisivamente do apoio dos trabalhadores com a classe operária à frente. O socialismo só pode ser obra das amplas massas.

O período de transição

A revolução socialista abre o período de transição do capitalismo para o socialismo, ou o período de edificação do socialismo. Como o desenvolvimento social em geral, a edificação do socialismo caracteriza-se por determinadas leis gerais. A experiência de sete decénios de construção do socialismo mostra que estas leis gerais são: o poder dos trabalhadores com o papel dirigente da classe operária; a direcção do desenvolvimento da sociedade pelo partido comunista, armado com a ideologia do socialismo científico; o estabelecimento da propriedade social dos meios de produção fundamentais e, nesta base, o crescimento planificado da economia no interesse do povo; a realização do princípio "de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho"; o desenvolvimento da democracia socialista; a igualdade em direitos e a amizade de todas as nações e povos; a defesa das conquistas revolucionárias contra os atentados dos inimigos de classe.

A utilização das leis gerais nas condições concretas de cada país socialista é a base do seu

avanço seguro, da superação das dificuldades de crescimento e da resolução oportuna das contradições surgidas, a contribuição real dos partidos comunistas no poder para o processo geral de desenvolvimento socialista.

As leis gerais da passagem do capitalismo para o socialismo manifestam-se de maneira diferente nas condições concretas de cada país. Em diferentes países são diferentes o nível de desenvolvimento económico e cultural, as particularidades históricas e nacionais, as tradições, a correlação de forças de classe, as condições internacionais em que se efectua a edificação do socialismo. Tudo isto traduz-se na originalidade das formas e métodos concretos, prazos e ritmos, na intensidade das transformações socialistas.

A construção do socialismo na URSS

A primeira revolução socialista realizou-se na Rússia em 1917. A classe operária chegou ao poder por via armada, tendo derrubado o governo da burguesia e latifundiários. Em geral, o processo de passagem do poder para os trabalhadores realizou-se sob as formas pacíficas e não pacíficas e durou vários meses. Mas depois a contra-revolução interna, apoiada pelos intervencionistas estrangeiros, desencadeou uma longa guerra civil que se culminou com a vitória do Poder Soviético em 1922.

O processo revolucionário na Rússia apresentou várias particularidades importantes. Significado essencial tinha a utilização da nova forma

2—2003

de poder estatal: os Sovietes de deputados operários, camponeses e soldados. Os primeiros Sovietes surgiram em 1905 na revolução democrático-burguesa como órgaõs da insurreição armada criados pela iniciativa revolucionária das massas trabalhadoras. Inicialmente, representavam somente os operários. Mas, com o desenvolvimento da luta de classes, os Sovietes iam apoiando-se em massas cada vez mais amplas. Tendo substituído o sistema do poder da burguesia, os Sovietes tornaram-se órgãos seguros da ditadura do proletariado.

O carácter das acções revolucionárias dos trabalhadores dependia em grande parte das posições sócio-políticas da burguesia e dos latifundiários russos. A burguesia e, sobretudo, o seu governo eram, por um lado, muito reaccionários, lutavam energicamente pela manutenção do poder estatal tomado na revolução democrático-burguesa de Fevereiro de 1917. Por outro lado, a burguesia russa era fraca no sentido económico e político. O atraso do capitalismo russo em relação aos países capitalistas avançados e a sua dependência do capital estrangeiro condicionaram a frouxidão, a cobardia e a inexperiência da burguesia russa. Os dirigentes da revolução socialista, o partido político marxista-leninista dos trabalhadores superavam consideravelmente a direcção estatal e política da burguesia pelo nível de educação geral, a experiência de conduzir a luta política e ideológica, o domínio da estratégia e a táctica na direcção de grandes massas de pessoas. Esta foi uma circunstância importante

que decidiu o resultado da luta de classes a favor do povo trabalhador.

As particularidades da revolução socialista na Rússia deveram-se também às condições externas. A revolução realizou-se no período da guerra imperialista, e a participação nela da Rússia originou grande descontentamento no país. Os operários e camponeses, os soldados (os mesmos operários e camponeses fardados) apoiaram activamente a revolução que desde o começo proclamou a saída da Rússia da guerra. Já em 26 de Outubro, dois dias apôs o derrubamento do governo burguês, foi proclamado o Decreto sobre a Paz, em que se dizia que a guerra "é o maior crime contra a humanidade".

A edificação do socialismo na Rússia efectuava-se numa situação extraordinariamente difícil. A Rússia foi o primeiro e, durante muitos anos, o único país do mundo que entrara no caminho das transformações sociais radicais. Era um país relativamente atrasado no sentido económico. A passagem para o socialismo realizava-se num período em que existia uma multiplicidade de formações económicas. Na economia do país havia elementos de cinco formações económicas: 1) patriarcal (em grande parte, a economia camponesa natural); 2) a pequena produção mercantil; 3) o capitalismo privado; 4) o capitalismo de Estado; 5) socialista.

As bases da economia socialista eram criadas nas condições de enorme ruína ocasionada pela guerra e a administração da burguesia. Foi necessária uma tensão colossal das forças de todos

os operários e camponeses conscientes para restaurar a economia nacional e estabelecer a ordem elementar.

Nessas condições foi introduzido no país o chamado "comunismo de guerra", política económica que subordinou o desenvolvimento da economia nacional aos interesses da vitória na guerra civil e da defesa da revolução socialista contra os inimigos externos e internos. Uma medida importante do "comunismo de guerra" foi, além da nacionalização de toda a grande indústria já realizada, a nacionalização das empresas médias e de uma parte insignificante das pequenas empresas. Toda a indústria trabalhava para a defesa. Todos os excedentes de cereais e de outros produtos agrícolas (à excepção do indispensável para a subsistência) deviam ser entregues ao Estado. Foi proibido o comércio privado. Graças às medidas extraordinárias do "comunismo de guerra" conseguiu-se salvar as conquistas da revolução socialista.

O período do "comunismo de guerra" durou de 1918 até 1921. Rechaçada a intervenção estrangeira e terminada a guerra civil, o partido comunista passou do "comunismo de guerra" para a nova política económica (NEP). Esta política visava uma certa estimulação do sector privado da economia no interesse da restauração da economia nacional, admitia a atracção do capital privado, fundamentalmente, para as empresas pequenas e médias. Na indústria foi liquidada a centralização desmedida da administração, às empresas foi concedida maior autonomia.

A NEP levou a uma certa animação dos elementos capitalistas no país, mas o controlo sobre toda a actividade económica estava nas mãos do Estado da ditadura do proletariado.

Fortaleceu-se o sector socialista na economia, o País Soviético começou a industrialização, ou seja, o desenvolvimento planificado da grande indústria, sobretudo da pesada, para criar a base técnico-material do socialismo. Na agricultura começou o processo de colectivização: a transformação das pequenas explorações camponesas individuais em grandes explorações através da cooperativização. O Estado concedia às cooperativas grande ajuda: créditos, máquinas, facilidades tributárias, etc.

Simultaneamente, realizava-se a revolução cultural. As suas particularidades foram condicionadas pela desigualdade do desenvolvimento cultural das diferentes camadas da sociedade, das diferentes nações e povos. Em geral, a Rússia encontrava-se num alto nível de desenvolvimento da ciência, da literatura e da arte. No entanto, a massa fundamental dos trabalhadores, sobretudo nas periferias da Rússia, era analfabeta.

A revolução cultural visava antes de mais elevar o nível cultural do povo. No decurso da edificação do socialismo foi radicalmente reorganizado o sistema de instrução pública e liquidado o analfabetismo entre a população adulta. Foi criada uma rede imensa de instituições culturais e educativas; os museus, teatros, bibliotecas tornaram-se propriedade do Estado, património de todo o povo. Realizava-se um grande trabalho

para criar uma nova intelectualidade e ganhar a velha intelectualidade para o lado dos trabalhadores. Organizavam-se cursos de pequena duração para preparar os trabalhadores que desejavam ingressar nas escolas superiores, nas faculdades operárias, em condições vantajosas admitiam-se os jovens operários e camponeses, etc.

Os traços essenciais da Revolução Socialista de Outubro da Rússia repetiram-se, sob uma ou outra forma, nas revoluções socialistas de outros países.

As transformações socialistas nos países da Europa Central e do Sudeste

A Grande Revolução Socialista de Outubro deu início ao processo de formação do socialismo mundial. Mas como sistema mundial, o socialismo afirmou-se depois da Segunda Guerra Mundial, devido à vitória das revoluções socialistas em vários países da Europa e Ásia.

No fim da Segunda Guerra Mundial, nesses países surgiram as condições objectivas e criaram-se os factores subjectivos necessários à revolução socialista. A vitória das Forças Armadas Soviéticas sobre os invasores nazi-fascistas acelerou o amadurecimento das condições necessárias para a transformação revolucionária nos países subjugados pelo fascismo. Os trabalhadores dos países ocupados ergueram-se para a luta contra os invasores, contra a grande burguesia a eles aliada e os latifundiários. No decurso desta luta

criou-se uma ampla coligação de forças de classe, que, além da classe operária, força anti-imperialista mais consequente, integrou todo o campesinato, a pequena burguesia urbana, algumas camadas da burguesia média e representantes da intelectualidade progressista. A luta de libertação nacional transformou-se, gradualmente, em revoluções democrático-populares, de carácter simultaneamente nacional-libertador, antifascista, anti-imperialista e antifeudal. A União Soviética, tendo libertado os Estados subjugados pelo fascismo, não se ingeria nos seus assuntos internos, não "exportava a revolução", como afirmam os ideólogos do imperialismo. No entanto, a presença das tropas soviéticas paralisava as forças da reacção e prevenia a exportação da contra-revolução. O resultado da luta de classes nesses países dependia da correlação de forças de classe e de toda a situação criada após a sua libertação do fascismo.

O desenvolvimento das revoluções democráticas populares nos países da Europa Ocidental e Sueste passou por duas etapas. Na primeira etapa (de Outono de 1944 até 1947-1948) realizaram-se, principalmente, as tarefas antifascistas, antifeudais, nacionais e democráticas. (Na Jugoslávia e Bulgária, as revoluções desde o começo tiveram um carácter socialista). Foi liquidado o domínio do fascismo e da sua rede de agentes local, os países saíram da coligação hitleriana e passaram para o lado do bloco antifascista; foi nacionalizada a propriedade dos criminosos de guerra e a propriedade tomada pelos invasores;

realizaram-se medidas urgentes no âmbito da reforma agrária.

Realizava-se uma política ponderada e profundamente pensada no domínio da nacionalização da terra. Os comunistas que encabeçavam as revoluções democrático-nacionais, guiavam-se pela tese leninista de que nem em toda a parte e nem sempre é racional nacionalizar a terra. Nalguns países da Europa e Ásia, desde há muito que existia a propriedade fundiária que se transmitia de pais para filhos, e era forte o apego dos camponeses à terra. A nacionalização de toda a terra podia afastar os camponeses da revolução e causar grande prejuízo à aliança da classe operária com o campesinato. No processo de revolução só se nacionalizava a parte das terras que não afectava directamente os interesses individuais dos camponeses. Nessas terras criavam-se explorações do Estado.

Devido às transformações democráticas populares, afirmou-se o regime de democracia popular. No período inicial era uma forma especial de sistema político da sociedade, no qual o poder estatal era exercido pelos representantes da classe operária, do campesinato, da pequena burguesia e, em parte, da burguesia média, pertencendo o papel dirigente à classe operária. Na maioria dos países de democracia popular criou-se o sistema pluripartidário. O partido comunista, como partido da classe operária, os diversos partidos camponeses, pequeno-burgueses e burgueses patrióticos uniram-se na frente popular para a luta comum contra o fascismo (esta frente tem nomes

diferentes em diferentes países). As frentes populares criavam-se, geralmente, por iniciativa e com a actividade enérgica dos comunistas, que tinham o papel dirigente nestas uniões de massas. Os órgãos do poder democrático popular eram electivos, todos os cidadãos, incluindo a burguesia, tinham direito a voto.

No seu desenvolvimento posterior, as revoluções democráticas populares transformaram-se em socialistas, a democracia tomou a forma de ditadura do proletariado.

Em diferentes países, este processo decorreu nos fins dos anos 40 e no começo dos 50. Neste período ocorre o reagrupamento das forças de classe, desenvolve-se a luta pela nacionalização, a liquidação definitiva da influência dos monopólios estrangeiros, a democratização do regime estatal.

Continua o processo de nacionalização das empresas, à excepção das pequenas empresas artesanais. Na maioria dos países, aplicava-se o resgate em relação aos proprietários privados, pagava-se-lhes o preço da empresa, conservando-se-lhes, com frequência, um cargo na empresa que se tornava estatal. Surgiam também dificuldades específicas na distribuição da propriedade, sobretudo, da terra tomada aos latifundiários. Anteriormente privados da terra, os camponeses não ousavam tomar a terra gratuitamente, considerando-a alheia. O poder popular começou a "vender" a terra aos camponeses por preços ínfimos. O camponês considerava esta propriedade sua, comprada.

À medida que se aprofundava a revolução, mudava a correlação de forças de classe. A burguesia reaccionária que se manifestava contra as transformações sociais, foi privada da influência política. Democratizava-se, paulatinamente, o aparelho estatal. No decurso da revolução socialista, a classe operária, em aliança com outras massas trabalhadoras, depois de tomar o poder político e estabelecer a ditadura do proletariado, começou a construir as bases do socialismo. Assim, gradualmente, por via principalmente pacífica, realizava-se a tarefa fundamental da revolução socialista.

A edificação do socialismo em vários países da Europa Central e Sueste, da Ásia e América Latina realizava-se com a ajuda internacionalista activa e multiforme da União Soviética, alargando-se cada vez mais as relações económicas, políticas e culturais mutuamente vantajosas. A política de estreita aliança internacional com os trabalhadores em luta pelo socialismo esteve sempre no centro da actividade do PCUS e do Estado soviético.

O internacionalismo socialista e a ajuda mútua fraterna são uma das condições importantes para o desenvolvimento eficaz do processo revolucionário mundial e a luta dos trabalhadores pela sua libertação.

Notámos aqui as condições históricas gerais que determinaram as particularidades específicas das revoluções socialistas e da edificação do socialismo nos países da Europa Central e Sueste. A análise detalhada destas particularidades pres-

supõe o conhecimento dos processos revolucionários em cada país.

Polónia. A política reaccionária e antipopular dos governantes da Polónia burguesa de antes da guerra, baseada na aliança com a reacção internacional e na atitude hostil para com o vizinho oriental, a URSS, levou o país a ser vítima da agressão do imperialismo germânico em 1939. Com a sua luta heróica na retaguarda do exército hitleriano e nos campos de batalha da frente soviético-alemã, o povo polaco, encabeçado pelos comunistas, deu uma grande contribuição para a derrota da Alemanha fascista. Em Julho de 1944, na cidade de Chelm, libertada pelas unidades do Exército Soviético e do Exército Poláco, foi criado o Comité Polaco de Libertação Nacional, que provisoriamente exerceu as funções do governo do Estado Polaco dos operários e camponeses. Este Comité publicou, em 22 de Julho de 1944, o Manifesto onde se expunha o programa da revolução democrática popular.

No decurso da revolução democrática popular realizava-se a reforma agrária e a nacionalização da indústria. No processo de realização da reforma agrária foram confiscadas as herdades latifundiárias juntamente com todos os bens: construções, utensílios, gado. Mais de 1 milhão de camponeses pobres receberam terra. Afirmou-se a pequena propriedade camponesa da terra.

A resolução do problema agrário na Polónia tem as suas particularidades em comparação com outros países socialistas. Aos camponeses individuais foi entregue quase 70% da terra em pe-

quena propriedade privada. A propriedade constitui de 2 a 7 hectares de terra. O sector socialista na agricultura está representado pelas explorações de Estado e as cooperativas de produção. Com o apoio do Estado foram criados muitos círculos agrícolas. Os seus membros trabalham a terra com as máquinas adquiridas em conjunto. Os círculos têm os fundos sociais com que adquirem diversos bens materiais necessários a todo o colectivo. Estes bens são propriedade colectiva. A terra e os utensílios pertencem aos camponeses e são sua propriedade privada.

Em 1946 foi aprovada a lei sobre a passagem das indústrias grande e média, dos transportes, comunicações e bancos para as mãos do Estado. As empresas que pertenciam à burguesia tornaram-se património de todo o povo. Aos proprietários que não lutaram contra o poder popular pagava-se indemnização. A confiscação da indústria abalou as posições económicas da grande burguesia.

À medida que se desenvolvia a revolução democrática popular, agravava-se a luta de classes, a burguesia derrubada recorreu ao terror, provocou acções armadas contra o poder. Nessas condições, as forças revolucionárias cerravam fileiras. Em 1948 deu-se a unificação do Partido Operário Polaco com o Partido Socialista Polaco na base dos princípios do marxismo-leninismo. Formou-se o Partido Operário Unificado Polaco (POUP). Juntamente com o POUP entraram na edificação do socialismo o Partido Camponês Unificado e o Partido Democrático.

Em 1952, nas eleições gerais para o órgão superior do poder de Estado, a Dieta, o povo deu todo o apoio aos representantes da Frente da Unidade do Povo, encabeçada pelo POUP. Foi aprovada a Constituição. Na Polónia estabeleceu-se o poder dos trabalhadores, a ditadura do proletariado.

Depois do estabelecimento da ditadura do proletariado, desenvolveu-se no país a edificação planificada do socialismo. A industrialização criou a indústria pesada moderna. A Polónia transformou-se num Estado socialista industrializado com uma economia nacional desenvolvida.

A construção eficaz do socialismo na Polónia foi acompanhada por certas dificuldades. Nos fins dos anos 60 e começo dos 80 foram cometidos erros e falhas na planificação e no aperfeiçoamento da direcção da economia nacional que puseram em causa a independência económica do país em relação ao Ocidente, causaram graves dificuldades na economia nacional e na vida política. Disso aproveitaram-se os Estados imperialistas que, nas suas tentativas incessantes de desviar os povos dos países socialistas do caminho escolhido, empreenderam actos com vista a activizar as forças anti-socialistas contra-revolucionárias no país e minar as bases do socialismo na Polónia, desencadearam a agressão ideológica, procurando por todos os meios denegrir o socialismo, abalar as bases do regime socialista, afastar a Polónia dos seus aliados e amigos seguros.

O Partido Operário Unificado Polaco mobi-

lizou todas as forças socialistas do país para a superação das dificuldades, empreendeu uma série de actos económicos, políticos e internacionais e tirou o país do perigo grave. Nesse momento histórico difícil, colocaram-se ao lado dos trabalhadores, dos comunistas e de todas as forças do socialismo da Polónia a União Soviética, os outros países socialistas e toda a gente progressista do mundo. A Polónia continua a seguir com êxito o caminho de desenvolvimento socialista.

Checoslováquia. Como resultado do acordo traidor das potências ocidentais concluído em Munique [1] e a capitulação do governo burguês da Checoslováquia, em Setembro de 1938 quase um quarto do território do país foi ocupado pela Alemanha de Hitler. Em Março de 1939, a Alemanha ocupou todo o país.

Na Primavera de 1945, a Checoslováquia foi libertada pelo Exército Soviético com a participação de tropas checoslovacas, ao poder chegou o governo da Frente Nacional que começou a realizar as transformações democráticas. Iniciou-se a reforma agrária, foram confiscadas as terras pertencentes aos latifundiários. A terra foi entregue aos camponeses sem e com pouca terra. Foram nacionalizados os bancos e a grande indústira, criou-se o sector estatal da economia. Em 1946, nas eleições gerais para a Assembleia

[1] O acordo de Munique, concluído em 29-30 de Setembro de 1938 pelos governos britânico, francês, alemão e italiano, predeterminou a colonização da Checoslováquia pela Alemanha e contribuiu para o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial.

Nacional, os comunistas obtiveram cerca de metade dos mandatos. Foi a grande vitória da revolução democrática popular.

Em Fevereiro de 1948, a burguesia reaccionária tentou realizar um golpe contra-revolucionário e restaurar o regime capitalista no país. Os trabalhadores com o partido comunista à frente *infligiram uma resoluta derrota à contra-revolução.* Concluiu-se a etapa da transformação da revolução democrática popular em revolução socialista. Estabeleceu-se a ditadura do proletariado. A classe operária, sob a direcção dos comunistas, tomou o poder político e começou a edificar as bases do socialismo. A Assembleia Nacional aprovou a Constituição que consagrou as conquistas do povo checoslovaco.

Segundo a Constituição vigente, a Checoslováquia é uma república federativa, constituída por duas repúblicas socialistas soberanas: a República Socialista Checa e a República Socialista Eslovaca.

Depois do estabelecimento da ditadura do proletariado conservou-se no país o sistema pluripartidário: o Partido Comunista da Checoslováquia, do qual faz parte o Partido Comunista da Eslováquia; o Partido Socialista Checoslovaco; o Partido Popular Checoslovaco; o Partido do Renascimento Eslovaco; o Partido Eslovaco da Liberdade. Todos os partidos políticos e as principais organizações sociais entram na Frente Nacional da Checoslováquia dirigida pelo Partido Comunista.

Nos anos do poder popular, a Checoslová-

quia aumentou o seu potencial industrial, cooperativizou por completo a agricultura, superou o atraso económico da Eslováquia, a ciência e a cultura estão à altura das realizações modernas. A vitória do socialismo foi consagrada na Constituição de 1960.

No entanto, a edificação do socialismo deparou com muitas dificuldades. Em 1968, elementos oportunistas de direita e anti-socialistas desencadearam uma luta contra o papel dirigente dos comunistas, tentaram arrancar o país da comunidade socialista e restaurar o regime burguês. Graças à ajuda internacionalista dos países socialistas, os planos da contra-revolução goraram. Desenvolveu-se a luta contra os elementos anti-socialistas, oportunistas e revisionistas. A classe operária e todos os trabalhadores ergueram-se em defesa das conquistas do socialismo. Foram realizadas medidas para o fortalecimento dos órgãos do poder e da administração do Estado, dos organismos de planificação e de gestão estatal da economia nacional, a estabilização da economia, restabelecidas a confiança e as relações fraternas com o PCUS e os partidos marxistas-leninistas de outros países socialistas. Tudo isto permitiu normalizar a situação e fortalecer o prestígio do partido comunista. Os trabalhadores da Checoslováquia puderam continuar o seu trabalho criador.

Jugoslávia. A ocupação da Jugoslávia pela Alemanha hitleriana provocou o movimento de libertação de massa do povo com o Partido Comunista à frente (posteriormente, a Liga dos Comunistas da Jugoslávia). A luta de libertação nacional de 1941-1945 fundiu-se com a revolução popular de libertação. No movimento libertador participaram, além da classe operária, os camponeses, a pequena burguesia, os intelectuais. Foi criada a Frente Popular de Libertação com os comunistas à frente. No decurso da luta contra os invasores, no território libertado criavam-se os comités populares de libertação como órgãos do poder democrático popular. Em 1943 foi formado o primeiro governo provisório: o Comité Nacional de Libertação da Jugoslávia com os comunistas à frente. Em Novembro de 1945 foi liquidada definitivamente a monarquia. Ao rei foi proibido regressar da emigração. Foi proclamada a República Popular Federativa da Jugoslávia.

Em 1945-1946 foi abolida a grande propriedade privada dos meios de produção, todos os postos-chave na economia foram concentrados nas mãos do Estado, nacionalizada a propriedade das concessões estrangeiras. A reforma agrária eliminou a grande propriedade privada da terra. Todas estas medidas significavam que a revolução democrática popular desde os primeiros passos tomou o carácter de revolução socialista.

No decurso da edificação do socialismo criaram-se na Jugoslávia formas peculiares de organização política e económica da sociedade, cujo traço distintivo é, entre outras coisas, a descentralização da direcção económica e administrativa estatal. Na vida económica e política do país, como se assinalou nos documentos da Liga dos

3—2003

Comunistas da Jugoslávia, surgiram dificuldades, tendências localistas, a concorrência nociva. O subemprego da população provocou a emigração dos cidadãos jugoslavos na procura de um emprego. Crescia a inflação. Difundiam-se concepções oportunistas, antimarxistas.

No começo dos anos 70, a Liga dos Comunistas da Jugoslávia e o governo tomaram importantes decisões que visavam o fortalecimento da unidade ideológica e orgânica dos comunistas com base nos princípios do centralismo democrático. Nos anos 70 e 80 foram tomadas medidas especiais para estabilizar a situação económica do país.

Bulgária. Nos anos da Segunda Guerra Mundial, os meios reaccionários, contra a vontade do povo, colocaram-se ao lado da Alemanha fascista. A Bulgária tornou-se uma praça de armas de agressão fascista nos Balcãs. Já em 1942, por iniciativa do Partido Operário Búlgaro (posteriormente, o Partido Comunista Búlgaro) foi criada a Frente Patriótica que integrava as forças patrióticas e democráticas antifascistas do povo; por todo o país desencadeou-se a luta guerrilheira. A 9 de Setembro de 1944, a insurreição armada popular derrubou a ditadura monárquico-fascista.

A derrota das tropas fascistas alemãs pelo Exército Soviético criou condições favoráveis para o desenvolvimento da revolução socialista no país. No governo da Frente Patriótica, o papel dirigente pertencia de facto aos comunistas. Foi realizada a reforma agrária (1946), cujo objectivo principal foi a luta contra o domínio da burguesia rural e a liquidação das propriedades pertencentes às igrejas e aos mosteiros. O campesinato trabalhador tornou-se o aliado firme da classe operária.

Em Dezembro de 1947 foi aprovada a lei sobre a nacionalização das empresas industriais e os bancos privados. Os capitalistas pequenos e médios, que não participaram nos crimes de guerra e mostravam-se leais para com o poder popular, não foram expropriados.

Nas empresas que ficavam na propriedade privada foi estabelecido o controlo operário. Tais empresas passavam gradualmente e com o consentimento dos proprietários para a propriedade do Estado.

Na Bulgária existe um sistema bipartidário. A força dirigente e orientadora da sociedade é o Partido Comunista Búlgaro. O partido Aliança Agrícola Búlgara agrupa, principalmente, os camponeses cooperativizados, reconhece o papel dirigente dos comunistas e considera como a sua principal tarefa a edificação do socialismo no campo. Os partidos políticos e as organizações sociais, incluindo os sindicatos, entram na Frente Patriótica.

Roménia. No início da Segunda Guerra Mundial, a Roménia burguesa combatia ao lado da Alemanha fascista. Nas condições do regime fascista, os comunistas preparavam a insurreição armada. A ofensiva impetuosa do Exército Soviético acelerou o derrube do fascismo. A 23 de Agosto de 1944, em Bucareste, capital da Romé-

nia, começou a insurreição armada do povo, e a ditadura militar-fascista foi derrubada. Os trabalhadores da Roménia mobilizaram todas as suas forças para a luta contra a Alemanha fascista. Com a vitória da insurreição armada antifascista começou a revolução democrática popular que encontrou resistência encarniçada da burguesia nacional. Foram criados os comités da Frente Operária Única que expulsaram os fascistas dos órgãos locais do poder, estabeleceram o controlo operário sobre a produção, ajudaram na realização da reforma agrária. Em Novembro de 1947, depois de descoberta a conspiração contra-revolucionária da burguesia, os últimos representantes desta foram expulsos do governo. Foi criada a Frente Democrática Nacional, na qual, além dos comunistas, entraram os sociais-democratas, a "Frente dos Agricultores" e algumas outras organizações.

A 30 de Dezembro de 1947 foi deposta a monarquia e proclamada a República Popular. No país instaurou-se a ditadura do proletariado e começou a edificação do socialismo.

Em 1948 foi realizada a nacionalização completa da indústria. Mudanças radicais ocorreram também no campo. Inicialmente, os camponeses entravam nas associações agrícolas onde adquiriam os hábitos de trabalho colectivo. Depois, o partido orientou-se para a criação de cooperativas agrícolas de produção. No começo dos anos 60, a colectivização da agricultura estava concluída. O socialismo venceu completamente na cidade e no campo. A Constituição de 1965 proclamou a República Socialista da Roménia. No país existe o sistema unipartidário. A União da Juventude Comunista, a União Geral dos Sindicatos e outras organizações sociais fazem parte da Frente da Unidade Socialista e, sob a direcção dos comunistas, participam activamente na construção da nova sociedade.

Albânia. Nos anos da Segunda Guerra Mundial, a Albânia foi ocupada pela Itália fascista. Devido à luta de libertação nacional do povo, dirigido pelo Partido Comunista, contra os invasores italianos e, depois, alemães, e à ofensiva do Exército Soviético nos Balcãs, o país foi libertado pelo Exército Popular de Libertação da Albânia (Novembro de 1944). Estabelecido o poder democrático popular e deposta a monarquia, a Albânia foi proclamada (11 de Janeiro de 1946) República Popular.

Nos primeiros anos do poder popular foram realizadas profundas transformações económicas e sociais: a reforma agrária, a nacionalização das empresas industriais, dos bancos, do comércio por grosso, dos transportes e comunicações. Apoiada pela URSS e outros países socialistas, a Albânia começou a edificar o socialismo. No começo dos anos 60, a cooperação da Albânia com a URSS foi interrompida. As suas relações com a maioria dos países socialistas europeus reduzem-se às relações comerciais. A Albânia afastou-se voluntariamente da participação nos trabalhos do CAME e, em 1968, saiu da Organização do Tratado de Varsóvia.

Hungria. Sob a inflûencia da revolução socia-

lista da Rússia e como resultado do ascenço revolucionário das massas trabalhadoras em 1919 foi constituída a República Soviética Húngara. O governo dirigido pelos comunistas realizou várias reformas importantes: nacionalizou e proclamou propriedade social as empresas, minas, transportes, bancos, grandes propriedades fundiárias. Isto provocou a reacção feroz da burguesia nacional e estrangeira. A república soviética foi derrotada, tendo existido 133 dias. Foi instaurado um regime ditatorial fascista. Em 1941, o país entrou na guerra ao lado da Alemanha hitleriana.

A derrota pelas tropas soviéticas dos fascistas alemães e húngaros facilitou a transformação da situação revolucionária, surgida em Outono de 1944, em revolução democrática geral. A força motriz da revolução foi a classe operária dirigida pelo Partido Comunista. Em Abril de 1945, o Exército Soviético libertou todo o país dos ocupantes nazis. Estes acontecimentos marcaram uma nova etapa no desenvolvimento do país. Em 31 de Janeiro de 1946, a Hungria foi proclamada república. O processo de transformações radicais na vida social começou a ganhar força. Devido à reforma agrária, os camponeses sem terra e com pouca terra receberam-na. Foram nacionalizados os grandes bancos e a indústria, o poder passou inteiramente para as mãos dos trabalhadores. Nos meados de 1948 terminou a transformação pacífica da revolução democrática geral em revolução socialista. O Estado democrático popular começou a exercer as funções de ditadura do proletariado. A Constituição de 1949 proclamou a República Popular da Hungria. O país entrou no caminho da edificação do socialismo.

Em Outubro de 1956, na Hungria começou a rebelião contra-revolucionária, desencadeada pelo imperialismo internacional e a reacção interna. Nessa situação, os comunistas criaram o Governo operário-camponês revolucionário húngaro. O governo pediu ajuda à URSS e a outros países socialistas. Devido às acções conjuntas, em Novembro de 1956 a contra-revolução foi esmagada. No começo dos anos 60 foi concluída a transformação socialista da agricultura, realizada a revolução cultural e lançadas as bases do socialismo na Hungria.

A República Democrática Alemã. Depois da derrota da Alemanha hitleriana, na qual o papel determinante coube à União Soviética, o país foi dividido em quatro zonas: soviética, americana, inglesa e francesa. Na zona soviética desenvolvia-se a revolução democrática antifascista, foi realizada a desmilitarização, isto é, o desarmamento e a liquidação da produção bélica, os bens dos monopólios e dos criminosos de guerra foram confiscados, tornando-se propriedade do povo, foi realizada a reforma agrária, devido à qual a terra latifundiária, o gado, as construções e as máquinas agrícolas foram entregues aos camponeses. Realizava-se a democratização da vida social: os delinquentes de Estado, os antigos fascistas foram entregues à justiça, o poder central e local passou para as organizações democráticas

antifascistas. Os partidos políticos dos trabalhadores, o Partido Comunista e o Partido Social-Democrata uniram-se em 1946 num partido único: o Partido Socialista Unificado da Alemanha.

Em Setembro de 1949, três zonas da Alemanha sob a administração dos Estados imperialistas foram unidas num Estado: a República Federal da Alemanha, onde foi estabelecido o domínio da grande burguesia alemã. Em resposta a isso, o povo da Alemanha Oriental proclamou, em Outubro de 1949, a República Democrática Alemã, onde foi estabelecido o poder dos trabalhadores. A criação da RDA foi o resultado da revolução democrática antifascista e o começo da transformação pacífica desta revolução em revolução socialista.

Terminada a etapa das transformações democráticas antifascistas, em Junho de 1952 foi proclamada a linha para a construção do socialismo.

Até aos fins dos anos 50, o povo da RDA obteve êxitos consideráveis. Transformou-se radicalmente a estrutura socioeconómica do país. O sector socialista tornou-se determinante na indústria, nos transportes e no comércio. Processava-se com êxito a cooperativização da agricultura. Foi liquidado por completo o desemprego. Graças ao ascenso rápido da economia nacional, elevou-se o bem-estar material dos trabalhadores. No processo de superação das sobrevivências ideológicas do passado e da ideologia reaccionária difundida pelo imperialismo oeste-

-alemão desenvolve-se com êxito a cultura nova, socialista.

A RDA é um país com sistema pluripartidário. Além do Partido Socialista Unificado da Alemanha, existem o Partido Camponês Democrático, o Partido Democrático Liberal, o Partido Democrático Nacional e a União Democrática Cristã. Todos os partidos políticos e as organizações sociais entram na Frente Nacional da RDA, cabendo o papel dirigente ao PSUA.

Alguns traços comuns das revoluções democráticas populares

A experiência das transformações revolucionárias nos países da Europa Central e Sueste mostra que à frente das revoluções democráticas populares em todos esses países esteve a classe operária dirigida pelos partidos comunistas. A classe operária, como nenhuma outra classe da sociedade contemporânea, é capaz de encabeçar o movimento democrático porque está ligada à forma mais avançada da economia: a grande produção, cresce e desenvolve-se politicamente mais rápido que as outras classes e organiza-se mais facilmente. Pela sua natureza, é mais revolucionária e consequente na luta. Os partidos comunistas conduziam a política que afirmava o papel de vanguarda da classe operária na sociedade.

O prestígio dos partidos comunistas e a sua política clara contribuíam para a cooperação dos comunistas com os socialistas e os dirigentes pequeno-burgueses e camponeses nas Frentes Po-

pulares. Estes grupos, que reflectiam o estado de espírito das camadas da população que representavam, estavam descontentes com a política capitulacionista e conciliadora dos partidos burgueses e latifundiários. A base da unidade da classe operária, que posteriormente desempenhou o papel decisivo na vitória da democracia popular, forjava-se na luta armada, na qual os socialistas convenciam-se pela experiência própria do prejuízo que causavam à classe operária e a todos os trabalhadores as concepções reformistas e nacionalistas dos socialistas de direita e dos diversos "líderes camponeses".

A classe operária da Europa Central e Sueste e os seus partidos comunistas tiveram em consideração a rica experiência da Grande Revolução Socialista de Outubro que triunfou graças à política leninista sagaz em relação ao campesinato, esta poderosa reserva da revolução proletária. Os partidos comunistas tinham presente também que, nalgumas revoluções (a Comuna de Paris, a revolução húngara de 1919) a classe operária não alcançou os seus objectivos em grande parte precisamente por não saber levar consigo o seu principal aliado: o campesinato. Por esta razão concederam principal atenção à chamada para a luta revolucionária libertadora das grandes massas camponesas. Geralmente, para o campo dirigiam-se grupos combativos de operários, em torno dos quais se criava uma ampla rede de grupos auxiliares e de destacamentos de resistência. Estes destacamentos convertiam-se, gradualmente, em poderosas formações guerrilheiras que li-

bertavam dos invasores hitlerianos regiões inteiras, estabelecendo aí o seu poder. Assim, na luta armada contra os ocupantes, consolidava-se a aliança combativa dos operários e dos camponeses. No período da ocupação fascista alemã dos países da Europa Central e Sueste, a aliança operário-camponesa formava-se como a aliança político-militar contra os invasores estrangeiros e contra a reacção latifundiário-burguesa que colaborava com os ocupantes e lutava contra o movimento de libertação nacional.

Para a consolidação da aliança operário-camponesa contribuía decisivamente a luta do proletariado em defesa dos interesses económicos do seu aliado, por reformas agrárias radicais. Os camponeses da Polónia, Hungria, Roménia e de outros países da Europa Central sentiam falta de terra. A maior parte da terra concentrava-se nas mãos dos latifundiários e camponeses ricos, exploradores cruéis dos camponeses pobres e sem terra. Milhões de agricultores pobres e médios, que constituíam a maioria da população agrícola, possuíam parcelas de terra que mal chegavam para não morrer de fome. A escassez de gado e de instrumentos agrícolas condenava as pequenas explorações à degradação e à ruína.

As reformas agrárias salvaram os camponeses da miséria e as suas explorações da ruína. Uma particularidade importante das revoluções agrárias nos países europeus de democracia popular foi a entrega das terras confiscadas em propriedade dos camponeses. Tal carácter das reformas agrárias correspondia à política dos partidos co-

munistas, orientada para a consolidação da aliança operário-camponesa.

Os partidos burgueses faziam jogo duplo. Nas palavras, manifestavam-se pelas reformas agrárias, mas, na realidade, impediam a sua realização. Os partidos comunistas souberam desmascarar os reaccionários burgueses que sabotavam as reformas agrárias. Foi um golpe forte nos partidos políticos burgueses que perderam centenas de milhares de seus partidários no campo.

A burguesia rural ocupava uma posição especial. Já na luta de libertação nacional, muitos camponeses ricos colaboravam com os ocupantes. Os camponeses ricos não se manifestavam contra a reforma agrária e estavam dispostos a apoiar a liquidação da classe dos latifundiários, mas com a condição de que as terras destes passassem para eles. Apoiaram as acções da burguesia contra o poder democrático. Os camponeses não eram, portanto, iguais na sua atitude perante a classe operária. A classe operária não podia contar com o apoio dos camponeses ricos, o que a obrigou a intensificar a luta pelos camponeses pobres.

As reformas agrárias, realizadas nos países europeus de democracia popular, aumentaram o entusiasmo dos camponeses e permitiram restaurar a ritmos rápidos a produção agrícola, o que se repercutiu favoravelmente em toda a economia.

Na revolução democrática popular, os partidos comunistas procuravam também atrair para o seu lado os grupos da burguesia média como

aliados potenciais. A burguesia média, em virtude da sua natureza de classe, só até certo ponto podia cumprir o papel de aliado da classe operária. Procurava nesta revolução apenas a salvação da subjugação nacional e da completa ruína económica pelo capital monopolista estrangeiro. O seu objectivo era o estabelecimento de um regime que lhe permitisse enriquecer sem dificuldades. No entanto, grupos consideráveis da burguesia média participaram na luta contra o fascismo e os restos feudais. Por isso, no período de luta contra o fascismo, o proletariado entrou em aliança com a burguesia média. A linha táctica dos partidos comunistas e operários baseava-se na consideração realista das forças de classe e na vontade de consolidar paulatinamente, no decurso da luta, a aliança da classe operária com os camponeses, de libertar as massas trabalhadoras da influência burguesa, debilitando assim as forças da burguesia e isolando-a politicamente.

A burguesia média tirava proveito da sua participação no movimento antifascista. Camadas consideráveis das massas trabalhadoras, inexperientes na luta política, ainda acreditavam nos líderes burgueses e pequeno-burgueses que recorriam ao engano e à demagogia. Além disso, há que ter em conta que a classe operária dos países da Europa Central e Sueste tinha sido debilitada por grandes perdas sofridas na luta contra o fascismo.

Finalmente, a burguesia média gozava do apoio do imperialismo americano e britânico. Entre 1944 e 1948, os EUA e a Inglaterra tinham

os seus representantes nas comissões aliadas de controlo na Roménia, Hungria e Bulgária. Estes representantes, tendo certa influência devido à sua situação oficial, utilizavam-na para apoiar activamente a burguesia. A burguesia contava seriamente com as dificuldades económicas causadas pela guerra e pela espoliação de alguns países pelos hitlerianos.

Mas a classe operária tomou nas suas mãos a restauração da economia e, com a ajuda da União Soviética, curou rapidamente as feridas causadas pela guerra. Logo depois da libertação dos países da Europa Central e Sueste, a União Soviética concedeu-lhes uma ajuda substancial em produtos alimentares, sementes, gado e bens de amplo consumo. Assim malograram as esperanças da burguesia na "ajuda americana", cujo objectivo consistia em submeter esses países à sua influência e fortalecer as posições dos elementos pró-imperialistas. Os partidos comunistas enviaram para a frente económica os seus melhores militantes que conseguiram, em condições dificílimas, organizar o funcionamento dos organismos financeiros, dos ramos industriais vitalmente importantes e dos transportes.

A restauração rápida da economia nacional nos países de democracia popular foi possível porque, já na primeira etapa da revolução, o Estado ocupava as posições-chave na economia. O sector estatal compunha-se das empresas nacionalizadas, pertencentes anteriormente aos criminosos de guerra, das empresas capitalistas de Estado, pertencentes aos antigos governos e que,

nas novas condições, se tornaram a base do sector socialista. Nas empresas privadas foi estabelecido o controlo operário. Nessas empresas, o Estado determinava as dimensões da produção e limitava os lucros dos capitalistas. À medida que se consolidava o poder popular e se reforçavam as posições da classe operária, limitava-se a actividade dos empresários privados.

Em resumo, apesar de toda a complexidade dos processos de luta de classes, a etapa da revolução democrática popular caracteriza-se pelas transformações sócio-políticas graduais e relativamente pacíficas: a burguesia não era privada dos direitos eleitorais, conservava-se a propriedade privada da terra, pagava-se a indemnização pelos bens nacionalizados, etc. A democracia popular assegurou o desenvolvimento da edificação do socialismo de acordo com as condições históricas concretas de cada país.

As transformações socialistas em vários países da Ásia e América Latina

A Mongólia foi o primeiro país do mundo que, depois da vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro na Rússia, empreendeu o caminho de desenvolvimento não capitalista, passou do feudalismo para o socialismo evitando a etapa capitalista.

Antes das transformações revolucionárias, a Mongólia era um dos países mais atrasados da Ásia. No país dominavam as relações feudais e a maior parte da população encontrava-se sob

o jugo dos senhores feudais laicos e eclesiásticos. A população ocupava-se, principalmente, da criação de gado, era predominantemente nómada. Algumas dezenas de pequenas oficinas artesanais representavam a indústria.

Importante conquista da luta de libertação nacional do povo mongol foi a fundação em 1921 do Partido Revolucionário Popular Mongol que conduziu as massas populares para a realização da revolução popular. A revolução popular mongol de 1921 foi na sua essência uma revolução democrática popular, anti-imperialista e antifeudal. De 1921 a 1924 o governo popular realizou uma série de transformações democráticas: foi abolida a propriedade principesca sobre a terra, promulgada a lei sobre a abolição da servidão. A lei sobre a democratização da administração autónoma local liquidou o poder hereditário dos príncipes e introduziu a elegibilidade obrigatória de todos os órgãos locais do poder. Reorganizava-se paulatinamente a economia: foram anuladas as dívidas usurárias, aprovada a lei sobre o imposto obrigatório para os proprietários. Do imposto isentavam-se só os camponeses pobres. Na agricultura criavam-se cooperativas comerciais, de armazenamento colectivo de forragem para o gado, etc. Em 1924 foi proclamada a República Popular da Mongólia.

Na etapa democrática geral da revolução (1921-1940), o povo mongol, apoiando-se na ajuda da URSS, liquidou as bases políticas e económicas do feudalismo e as posições do capital estrangeiro, realizou a democratização da vida social. Na economia, dava-se principal atenção ao fortalecimento do sector socialista. Desenvolvia-se a indústria estatal e cooperativa, os transportes mecanizados, o sistema financeiro, o comércio. Na agricultura criavam-se empresas estatais. Além do sector estatal existiam as pequenas economias mercantis. O Estado tomava medidas para interessar os pequenos produtores na passagem para o sector estatal. Com o auxílio fraterno da URSS construíam-se fábricas, empresas, centrais eléctricas. Apareceu a classe operária nacional. Formava-se a intelectualidade popular.

Em 1940, cumpridas as tarefas democráticas gerais, o país entrou no período de construção das bases do socialismo. Até ao começo dos anos 60 na Mongólia concluiu-se a cooperativização das explorações camponesas individuais. Com o auxílio técnico-económico da URSS o país transformou-se de agrário em agrário-industrial e, nos meados dos anos 80, tornou-se um país industrial-agrário. Continuava a industrialização do país e a mecanização da agricultura.

A experiência do desenvolvimento da Mongólia nos anos do poder popular confirma a possibilidade da passagem de um país atrasado de feudalismo para o socialismo evitando a fase de desenvolvimento capitalista.

Vietname. Em 1941-1945, o Vietname encontrava-se ocupado pelas tropas japonesas. Como resultado da vitória da revolução democrática popular, a 2 de Setembro de 1945 foi proclamada a República Democrática do Vietname, o primeiro Estado popular no Sueste Asiático dirigido

4—2003

pela classe operária com o Partido Comunista à frente.

Entretanto, os imperialistas franceses ocuparam o sul do país e desencadearam uma luta contra a jovem república. Começou a guerra de resistência contra os imperialistas franceses. Os trabalhadores conseguiram conservar as suas conquistas na parte norte do país. Terminada a guerra em 1954, os trabalhadores do Vietname, com o auxílio da URSS e de outros países socialistas, começaram a restaurar a economia nacional e depois passaram para as transformações socialistas na indústria e na agricultura. Foi realizada a reforma agrária. Nos anos seguintes, 85% dos camponeses agruparam-se em cooperativas agrícolas, outro tanto de artesãos foram incorporados em várias cooperativas, todas as empresas capitalistas privadas foram transformadas em estatais.

A realização das tarefas democráticas gerais era acompanhada da realização das transformações socialistas. O país começou a edificação do socialismo.

Em 1955, no Vietname do Sul foi proclamada a chamada "república do Vietname", Estado fantoche que recebia a ajuda económica e militar dos EUA. Em 1965, as forças armadas dos EUA iniciaram a guerra de agressão contra o Vietname. Participavam directamente nas operações contra as forças de libertação nacional no Vietname do Sul. Em 1964-1968 e 1971-1972, os EUA bombardearam sistematicamente o território do Estado socialista soberano, a RDV. O trabalho criador pacífico do povo vietnamita foi interrompido. O povo mobilizou todas as suas forças para a defesa da pátria. No Vietname do Sul actuavam activamente as organizações patrióticas. Em 1960 foi criada a Frente Nacional de Libertação do Vietname do Sul e, em fins dos anos 60, o Governo Revolucionário Provisório da República do Vietname do Sul. Graças à ajuda multilateral dos países socialistas e à envergadura extraordinária do movimento internacional de solidariedade, a luta heróica do povo vietnamita culminou com a vitória. Na Primavera de 1975, o regime reaccionário no Vietname do Sul foi derrubado. Em Julho de 1976, a Assembleia Nacional do Vietname unificado proclamou a formação da República Socialista do Vietname. O povo vietnamita entrou no caminho do desenvolvimento socialista.

O Partido Comunista do Vietname, o Partido Democrático e o Partido Socialista, bem como várias organizações sociais integram a Frente Patriótica do Vietname.

China. No começo do século XX, a China era um Estado semicolonial típico, onde dominavam os Estados imperialistas: a Grã-Bretanha, o Japão, a Alemanha e outros. A revolução de 1911-1913 derrubou a dinastia Tsing, mas não liquidou o jugo feudal e imperialista. Sob a influência da Grande Revolução Socialista de Outubro da Rússia, intensificou-se o movimento antifeudal e anti-imperialista. Em 1919 na China tiveram lugar acontecimentos revolucionários que pela primeira vez levaram ao campo da luta

de classes a classe operária. Em 1921 foi fundado o Partido Comunista da China que encabeçou a luta de libertação nacional do povo chinês contra os colonialistas imperialistas e a reacção interna.

Em 1937, os militaristas japoneses desencadearam uma guerra de agressão contra a China. A União Soviética tomou o partido da China. Começou a guerra de libertação nacional do povo chinês contra os invasores japoneses. Nesta guerra criou-se e forjou-se o Exército Popular de Libertação. A derrota pelas tropas soviéticas, em Agosto de 1945, do exército japonês de Kwantung, a capitulação do Japão, a entrega pelo comando soviético das armas, tomadas aos japoneses, ao Exército Popular de Libertação da China criaram condições favoráveis para a vitória da revolução popular.

Em 1 de Outubro foi proclamda a República Popular da China. A União Soviética foi a primeira a reconhecê-la. A criação da RPC assinalou a conclusão, no fundamental, da etapa democrática da revolução. Nos meados dos anos 50, na RPC foram realizadas transformações socialistas na cidade e no campo. Estas transformações começaram com a aprovação da lei sobre a reforma agrária, em Junho de 1950. A terra foi entregue aos camponeses que podiam livremente dispor dela, vender, comprar ou arrendá-la. A lei da reforma agrária previa a confiscação da terra, do gado de trabalho, dos instrumentos agrícolas e dos excedentes de cereais aos latifundiários. As empresas industriais e comerciais, pertencentes

aos latifundiários, como também a terra e todos os bens necessários a essas empresas, não se confiscavam. A lei pressupunha também a confiscação das terras pertencentes aos templos, mosteiros, igrejas, escolas, organizações, instituições públicas. As terras confiscadas e outros meios de produção foram postas à disposição das uniões camponesas locais, para serem distribuídas de modo equitativo e racional entre os camponeses pobres. Os latifundiários recebiam a terra segundo as mesmas normas que os camponeses. A reforma agrária era realizada pelas uniões camponesas, das quais faziam parte os camponeses pobres e médios. Os camponeses receberam cerca de 47 milhões de hectares de terra de lavradio confiscada aos latifundiários, grande quantidade de gado, de instrumentos agrícolas, de cereais, de casas, etc. Ao mesmo tempo realizavam-se transformações socialistas, criava-se o sector estatal. Organizavam-se diversas cooperativas agrícolas. O poder popular cumpria cada vez mais as funções da ditadura do proletariado. A revolução democrática transforma-se gradualmente em socialista.

Entre 1949 e 1952 na RPC foi nacionalizada a propriedade dos imperialistas estrangeiros e da burguesia a eles ligada. Em 1954, na I Sessão da Assembleia Nacional dos Representantes do Povo foi feito o balanço das conquistas revolucionárias do povo chinês e proclamada a edificação da sociedade socialista. Graças à ajuda da URSS e de outros países socialistas, na China foram lançadas as bases da indústria socialista.

Em fins dos anos 50, no desenvolvimento da China apareceram desvios das leis gerais da edificação do socialismo. A "revolução cultural", iniciada em 1966, agravou as deformações no desenvolvimento social, provocou a desorientação das massas trabalhadoras. O aumento das tendências hegemonistas no domínio da política externa foi acompanhado do afastamento da cooperação com a União Soviética e outros países socialistas. Depois da morte do dirigente do PCC, Mao Tsé-tung (1976), iniciou-se o processo de mudanças paulatinas na vida económica e política e de normalização das relações com os países socialistas.

O Partido Comunista da China e outros oito partidos democráticos e organizações sociais integram a Frente Revolucionária Única, cuja forma orgânica é o Conselho Consultivo Político Popular da China.

Coreia. A Coreia foi durante longo tempo uma colónia do Japão. A luta de libertação nacional do povo coreano tomou, nos anos trinta, a forma de movimento guerrilheiro contra os ocupantes japoneses.

A derrota do exército japonês e a libertação da Coreia pelo Exército Soviético, em Agosto de 1945, significaram não só o fim do domínio colonial, mas também a criação de condições muito favoráveis para as transformações sociais.

Terminada a guerra contra o militarismo japonês na Coreia, segundo o acordo alcançado na Conferência de Potsdam em 1945 entre os EUA e a URSS, foram estabelecidas as zonas provisórias de responsabilidade militar das tropas soviéticas e americanas pela aceitação da capitulação do exército japonês, passando a linha de demarcação pelo 38 paralelo. Na Coreia do Sul, as forças reaccionárias, apoiadas pelas autoridades militares norte-americanas, esmagaram o movimento democrático e empreenderam o caminho da divisão do país.

Na Coreia do Norte, as forças progressistas, dirigidas pelo Partido Comunista (desde 1949, o Partido do Trabalho da Coreia), desencadearam a revolução democrática popular, no decurso da qual foram criados os novos órgãos do poder: os comités populares. Em 1946, por todo o país realizaram-se eleições para os comités populares numa ampla base democrática. Foram consagrados pela lei como órgãos estatais de poder. Num prazo curto foi realizada a reforma agrária, os camponeses receberam a terra pertencente aos antigos colonialistas japoneses e aos latifundiários coreanos. Ao mesmo tempo foi luquidada a classe dos latifundiários e abaladas as posições dos comerciantes.

O comando do Exército Soviético, por encargo do Governo soviético, entregou gratuitamente ao povo coreano todas as empresas, caminhos-de-ferro, meios de transporte e comunicações, bancos, etc. pertencentes aos militaristas japoneses. A economia nacional era restaurada a ritmos acelerados. Os comunistas participavam na realização das transformações revolucionárias em aliança com os partidos e organizações democráticos, unidos na Frente Democrática Nacional

Única. Em 1948 foi proclamada a República Democrática Popular da Coreia.

Em Junho de 1950, o regime reaccionário sul-coreano desencadeou uma guerra de agressão contra a RDPC, na qual participaram tropas regulares das forças armadas dos EUA. Os trabalhadores da RDPC salvaguardaram a liberdade e a independência da sua pátria. Em Julho de 1953 foi assinado o acordo sobre o armistício na Coreia.

Até 1958, na RDPC, foi completamente concluída a cooperativização do campesinato. Ao mesmo tempo terminaram as transformações socialistas na indústria, no artesanato e no comércio. As relações de produção socialistas triunfaram na cidade e no campo. A República Democrática Popular da Coreia transformou-se num Estado socialista com uma indústria moderna e uma agricultura desenvolvida.

Na RDPC existe o sistema pluripartidário. Além do Partido do Trabalho da Coreia, funcionam o Partido Democrático, o partido religioso Tchenudan. Todos os partidos políticos, os sindicatos e outras organizações sociais fazem parte da Frente Patriótica Democrática Única que actua sob a direcção do Partido do Trabalho da Coreia.

Laos. O Laos, ex-protectorado da França, nos anos da Segunda Guerra Mundial, foi ocupado pelo Japão. Na luta contra os militaristas japoneses foi criado no país o movimento anticolonial. Em 12 de Outubro de 1945, ele proclamou a independência do Laos, mas, no começo de 1946,

a França ocupou-o de novo. A luta dos patriotas laocianos teve como resultado a criação, em 1950, do governo de Resistência Nacional e o reconhecimento da independência do Laos em 1953.

Em 1955 foi criado o Partido Popular Revolucionário do Laos que encabeçou as forças patrióticas. Em 1960, as forças de direita, apoiadas pelos EUA, iniciaram a guerra contra as forças patrióticas mas foram derrotadas em 1973. O país começou a criar as bases do socialismo evitando a etapa capitalista.

O regime social do Laos caracteriza-se pela multiplicidade de formações económicas. Existem no país cinco formações económicas: estatal (empresas industriais e agrícolas nacionalizadas); cooperativa que abrange parte considerável dos camponeses (40% das famílias nas regiões produtoras de arroz) e artesãos; mista, estatal-privada ou capitalismo de Estado; capitalista privada sob o controlo do Estado. Na formação mais difundida, pequeno-mercantil, ainda são fortes os elementos das relações patriarcais, tribais. O Laos encontra-se, hoje, no começo do período de transição para o socialismo.

A força dirigente e orientadora do povo laociano é o Partido Popular Revolucionário do Laos que dirige a Frente de Edificação Nacional do Laos, organização mais numerosa do país, da qual fazem parte também os sindicatos, a organização juvenil e outras organizações sociais.

Cuba. Proclamado formalmente independente em 1902, o país era na realidade uma semico-

lónia dos EUA. Dominavam em Cuba os monopólios norte-americanos e os grandes proprietários de terra. O povo cubano lutava contra o predomínio norte-americano e os exploradores locais. Em 26 de Julho de 1953, jovens patriotas atacaram os quartéis das tropas governamentais. Começou a luta armada contra a ditadura reaccionária. A guerrilha conduziu à criação do Exército Rebelde, apoiado pelas massas operárias e camponesas. Importante papel neste processo teve a lei "Sobre o direito dos camponeses à terra" promulgada pelo Exército Rebelde. Segundo esta lei, cada camponês recebia o direito ao usufruto gratuito da terra. Como resultado da luta armada, em 1 de Janeiro de 1959 triunfou em Cuba a revolução anti-imperialista, antifeudal e democrática popular.

O governo revolucionário, apoiando-se nas massas populares e utilizando como instrumento eficiente o Exército Rebelde, começou a realizar profundas transformações económicas, sociais e políticas. O velho aparelho estatal foi liquidado e substituído pelos órgãos revolucionários do poder e da administração. Realizavam-se medidas práticas no domínio da reforma agrária: foram liquidados os latifúndios pertencentes aos monopólios estrangeiros e à oligarquia latifundiária local. Estas terras foram entregues aos camponeses que, como rendeiros, eram explorados pelos latifundiários. Os grandes latifúndios que empregavam o trabalho assalariado foram nacionalizados; na primeira etapa foram confiscadas as terras dos proprietários que tinham mais de 400 ha.

Criaram-se as cooperativas camponesas de diferentes tipos. Surgiram também empresas agrícolas estatais. Tudo isto constituiu o sector socialista na agricultura.

Também as empresas industriais pertencentes aos monopólios norte-americanos foram nacionalizadas. Tornaram-se propriedade do Estado os transportes, o comércio, os bancos, etc. Assim, no decurso da revolução democrática popular, começaram a realizar-se as tarefas socialistas.

Em 1961, a revolução cubana transformou-se em revolução socialista. Nos anos 60 foi realizada a segunda etapa da reforma agrária, durante a qual se nacionalizaram todas as explorações privadas, incluindo as mais pequenas. Em relação aos camponeses individuais promove-se uma política de gradual incorporação na economia socialista, observando-se rigorosamente o princípio de voluntariedade. As posições dominantes pertencem ao sector socialista que abrange a classe operária da cidade e do campo. No país não há desemprego. As classes exploradoras dos latifundiários e dos capitalistas foram completamente liquidadas.

Em Cuba existe o sistema unipartidário. O Partido Comunista de Cuba é a força dirigente da sociedade e do Estado. Sob a sua direcção actuam o Centro Sindical dos Trabalhadores de Cuba, a União dos Jovens Comunistas, o Comité de Defesa da Revolução, a Associação Nacional dos Pequenos Agricultores e outras organizações sociais.

As particularidades da passagem para o socialismo nalguns países da Ásia

A maioria dos países da Ásia que seguem o caminho de desenvolvimento socialista começaram o seu movimento para uma nova sociedade partindo dos regimes pré-capitalistas.

A teoria sobre o desenvolvimento dos países atrasados do feudalismo para o socialismo evitando o capitalismo foi elaborada por Marx, Engels e Lénine. Engels assinalava que, com a ajuda do proletariado vitorioso, os povos atrasados podem encurtar "significativamente o seu processo de desenvolvimento para a sociedade socialista" e poupar "a maior parte dos sofrimentos e lutas, pelos quais nós, na Europa ocidental, temos de abrir caminho" [1]. Desenvolvendo esta tese nas novas condições históricas, criadas após a vitória da revolução socialista na Rússia, Lénine escrevia que os países atrasados, com a ajuda do proletariado dos países avançados, podem passar à edificação do socialismo, evitando o estádio capitalista de desenvolvimento[2].

Estas conclusões dos fundadores do marxismo-leninismo são completamente confirmadas pela experiência da luta de libertação nacional dos povos oprimidos. Perante os países que se libertaram do colonialismo abre-se um dos dois caminhos: capitalista ou socialista. As relações capitalistas não podem assegurar aos países em vias de desenvolvimento a saída da economia capitalista mundial, a sua independência real, o aumento do bem-estar dos trabalhadores, o florescimento da cultura nacional. O capitalismo revela-se incapaz de resolver os problemas vitais do desenvolvimento social e político dos países libertados. A resolução radical dos seus problemas só é possível mediante a criação da sociedade livre de todas as formas de exploração.

Vencendo a resistência da reacção interna e externa, os partidos democráticos revolucionários no poder promovem a linha orientada para a liquidação do domínio dos monopólios imperialistas, da aristocracia tribal, dos senhores feudais e da burguesia reaccionária, para o fortalecimento do sector estatal na economia, o encorajamento do movimento cooperativo no campo, a elevação do papel das massas trabalhadoras na vida económica e política. Defendendo a sua independência contra o ataque dos imperialistas, esses países alargam a cooperação com os Estados socialistas. O caminho por eles escolhido corresponde aos interesses e anseios verdadeiros das massas populares, reflecte a sua aspiração a um regime social justo, coincide com a orientação principal do desenvolvimento histórico.

---

[1] K. Marx e F. Engels. *Obras Escolhidas em Três Tomos*, t. 2, p. 437.

[2] Ver: V. I. Lénine. *Obras Escolhidas em Três Tomos*, t. 3, p. 384.

Capítulo III A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA SOCIALISTA MUNDIAL

Todos os êxitos alcançados no desenvolvimento do socialismo só foram possíveis porque desde o começo foi um fenómeno internacional e formou-se como uma comunidade dos Estados e povos em estreita cooperação, como uma comunidade económica, política e ideológica.

A internacionalização da vida económica, política e espiritual da sociedade é uma lei objectiva do desenvolvimento do socialismo. "O objectivo do socialismo, escrevia Lénine, é não só a liquidação do desmembramento da humanidade em pequenos Estados e de todo o isolamento das nações, não só a aproximação das nações, como também a sua fusão"[1]. Trata-se de

um processo paulatino que abrange uma época histórica inteira.

Ao contrário do mundo capitalista, onde no processo de internacionalização os monopólios e os Estados mais fortes impõem a sua vontade a outros países e povos, criam uma "periferia" agrária e de matérias-primas, o mundo socialista guia-se por princípios bem diferentes. O processo de formação e desenvolvimento do sistema socialista mundial assenta na soberania e na voluntariedade completa e corresponde aos interesses essenciais dos trabalhadores de todos os Estados deste sistema.

Em todas as etapas, as relações entre os países socialistas baseiam-se nas duas tendências interligadas: a tendência para o desenvolvimento da economia, do Estado e da cultura nacionais, para o fortalecimento da independência e a soberania de cada país e a tendência para a aproximação cada vez maior dos povos, o alargamento e aprofundamento das suas relações. Em cada país torna-se mais forte o novo regime social, aumenta o seu potencial económico e as possibilidades de desenvolvimento económico, cultural e estatal. Alargam-se e aperfeiçoam-se constantemente todas as relações entre os Estados e povos socialistas. O socialismo deu vida a um novo e inédito tipo de relações internacionais que se estabelecem entre os Estados socialistas. O seu sólido fundamento é o mesmo tipo de regime socioeconómico e político; a ideologia marxista-leninista; a solidariedade de classe; a amizade, cooperação e ajuda mútua no cumprimento das tarefas da

edificação e na defesa da nova sociedade; a luta pela paz, a segurança internacional e o progresso social; a igualdade e o respeito pela independência e soberania de cada Estado.

As relações entre os países socialistas irmãos assentam no princípio do internacionalismo proletário que penetra as relações interestatais e interpartidárias, caracteriza as relações entre as organizações sociais e os colectivos de trabalhadores destes países. O internacionalismo afirmou-se em todas as esferas da vida da sociedade socialista e concretizou-se na cooperação económica. O internacionalismo proletário, enriquecido com o conteúdo socialista e desenvolvido nas relações entre os países socialistas recebeu o nome de internacionalismo socialista.

A comunidade socialista personifica no mais alto grau as relações do internacionalismo socialista. Os países desta comunidade que fazem parte do Conselho de Ajuda Mútua Económica e da Organização do Tratado de Varsóvia estão unidos pela comunhão de interesses e objectivos fundamentais e pelos laços de cooperação ampla e multifacetada, coordenando os seus esforços no cenário internacional. A História desconhece outra comunidade de países onde ninguém tenha nem possa ter direitos especiais ou privilégios, onde as relações internacionais se transformem realmente em relações entre povos e onde os vínculos proficuos sejam estabelecidos e se desenvolvam nos mais diversos escalões: desde os órgãos máximos de direcção do Partido e do Estado até aos colectivos de trabalhadores. A comunidade vem

multiplicando as forças dos países irmãos na construção socialista, ajudando a garantir a sua firme segurança.

No estabelecimento do novo tipo de relações entre os povos dos Estados socialistas teve grande importância a experiência do Estado soviético multinacional, onde pela primeira vez na história foram estabelecidas relações de igualdade entre as nações dentro do país. Os princípios fundamentais destas relações, embora regulassem as relações internas de um Estado federativo multinacional, podiam ser utilizados nas relações entre Estados soberanos.

O desenvolvimento das relações entre os países socialistas passou por várias etapas, cada uma das quais se caracterizava tanto pelo nível económico mais elevado atingido pelos Estados socialistas como pelo grau mais alto de cooperaçaõ entre eles.

Na *primeira etapa* (1945-1949, aproximadamente), entre os países socialistas estabeleceu-se a aliança político-militar. Foram concluídos tratados de amizade, cooperação e ajuda mútua entre a União Soviética e os países de democracia popular, assim como entre estes países.

A consolidação da cooperação político-militar entre os Estados amigos contribuiu para a afirmação do poder popular neles estabelecido, para o fortalecimento da posição destes Estados na arena internacional e a defesa das conquistas revolucionárias contra os atentados do imperialismo.

A União Soviética desempenhou, sem dúvi-

5—2003

da, importante papel neste processo. O seu poderio foi o factor decisivo na defesa dos países de democracia popular contra o perigo de agressão imperialista. Ela concedeu aos Estados de democracia popular grande ajuda material em produtos alimentares, materiais de construção e equipamentos para a reconstrução da indústria e dos transportes após a Segunda Guerra Mundial. O apoio ideológico e moral teve também grande importância.

Na primeira etapa, as relações económicas entre os países de democracia popular e a União Soviética eram ainda pouco desenvolvidas. Nas relações económicas internacionais dos países de democracia popular da Europa Central e Sueste fazia-se sentir ainda a sua longa dependência do sistema capitalista mundial de economia. A sua economia superava com dificuldade a orientação criada nas condições do capitalismo.

No período inicial de formação do sistema socialista mundial predominava, nas relações económicas, a troca de mercadorias e o fornecimento de produtos no âmbito da ajuda económica. Eram principalmente, relações bilaterais. O mercado socialista mundial estava apenas a formar-se e as formas socialistas de cooperação ainda começavam a nascer. Era uma espécie de período de transição do velho sistema de relações internacionais, inerente ao mundo burguês, para a formação do novo tipo de relações entre Estados. Posteriormente, a aliança político-militar começou a completar-se com uma ampla cooperação económica e social.

A *segunda etapa* — o desenvolvimento das relações multiformes entre os países socialistas — começou com a conclusão das transformações democráticas e a passagem dos países de democracia popular para a edificação do socialismo. Nesta etapa, que durou aproximadamente dez anos (1949-1959), criaram-se amplos contactos multiformes que abrangiam praticamente todas as esferas da vida dos países irmãos: a economia, as relações políticas e sociais, a defesa e a cultura.

Nas relações entre os países do sistema socialista mundial, a ajuda económica e técnico-científica directa concedida pelos Estados socialistas mais desenvolvidos ocupava um lugar importante. Esta ajuda, além de desempenhar importante papel na criação das bases da indústria moderna na Bulgária e Roménia, tornou-se um dos factores principais da nivelação económica desses países que se aproximaram sensivelmente nos anos 50.

Paralelamente ao comércio e à ajuda económica, desde os meados dos anos 50 começou a desenvolver-se a coordenação dos planos económicos.

Em Janeiro de 1949, na conferência económica dos representantes da Bulgária, Hungria, Polónia, Roménia, URSS e Checoslováquia, foi fundado o Conselho de Ajuda Mútua Económica, organização de cooperação económica dos países irmãos. Em 1949, a Albânia entrou no CAME (desde 1961 que deixou de participar na actividade do Conselho), em 1950 entrou

a RDA, em 1962, a Mongólia, em 1972, Cuba, em 1978, o Vietname.

Em Maio de 1955, em resposta ao aumento das forças do bloco imperialista agressivo da NATO, foi criada a Organização do Tratado de Varsóvia que é um garante firme da segurança dos seus participantes e coordena as acções orientadas para a manutenção e o fortalecimento da paz. A criação da Organização do Tratado de Varsóvia assegurou a defesa colectiva das conquistas revolucionárias dos trabalhadores contra as intenções agressivas do imperialismo. A criação da aliança defensiva resolveu um problema de grande importância: uniu os recursos económicos e as potencialidades militares dos países socialistas da Europa. Isto reforçou o seu potencial defensivo.

A Conferência Internacional dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários de 1960 chegou à conclusão de que no desenvolvimento do sistema socialista mundial começou uma nova etapa. As particularidades principais da *terceira etapa, a actual*, são: o aperfeiçoamento da sociedade socialista, a vitória das relações sociais socialistas à escala do sistema socialista mundial. Estes processos são acompanhados da consolidação da cooperação entre os países socialistas.

Ao avaliar a experiência de formação das relações internacionais de novo tipo, a Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários de 1960 constatou: "Os interesses comuns dos povos dos países socialistas, os interesses da

causa do socialismo e da paz exigem a combinação correcta, na política, dos princípios do internacionalismo socialista e do patriotismo socialista. Cada partido comunista, que passou a governar o Estado, é historicamente responsável pelos destinos do seu país, assim como de todo o campo socialista".

A criação do novo tipo de relações internacionais não significa, naturalmente, o desaparecimento mecânico de todos os problemas nas relações entre os Estados socialistas. A variedade e a especificidade das tarefas de cada país, as condições diferentes de desenvolvimento provocavam às vezes umas ou outras divergências na abordagem de alguns problemas. Mas a particularidade essencial das novas relações consiste precisamente em que essas divergências não são antagónicas e são superadas com êxito na base da atitude marxista-leninista correcta e de acordo com os interesses de todos os países socialistas.

A criação do sistema socialista mundial não foi uma simples mudança quantitativa da correlação de forças no mundo, mas permitiu realizar mudanças qualitativas no desenvolvimento de cada país. A possibilidade de coordenar a política no quadro das organizações internacionais dos países socialistas significava a criação de condições para um nível mais elevado de desenvolvimento de cada país irmão e de todos no conjunto.

O tempo demonstrou que a comunidade socialista internacional é mais rica e mais sã do ponto de vista económico, político e espiritual do que a comunidade capitalista. Permite assimilar

mais completamente as tendências progressistas do desenvolvimento da humanidade, comprovando as palavras de Lénine de que a nova sociedade assimila "tudo o que houve de valioso em mais de dois mil anos de desenvolvimento do pensamento e da cultura humanos" [1].

Os povos dos países socialistas podem rapidamente e com o máximo efeito aprender uns com os outros. Enriquecem o património espiritual da humanidade com os elementos das novas culturas nacionais, com a diversa experiência histórica e intelectual, o que permite desenvolver com êxito a cultura material e espiritual avançada.

Sem dúvida, o facto de pertencer à comunidade socialista mundial marca profundamente o destino de cada povo irmão. A consolidação do socialismo contribuiu para o aumento da sua influência em todo o desenvolvimento mundial, para a aceleração da mudança da correlação de forças entre o socialismo e o capitalismo. Como resultado disso, no período entre os anos 60 e 70, deram-se mudanças qualitativas a favor do socialismo nas relações internacionais.

Esta circunstância fez-se sentir muito seriamente no carácter e nas formas das relações entre os Estados dos dois sistemas sócio-políticos opostos. O imperialismo perdeu definitivamente a possibilidade de alcançar por via militar os seus objectivos de "afastar" e liquidar o socialismo.

Com o florescimento de cada nação socialista e o fortalecimento da soberania dos Estados socialistas tornam-se cada vez mais estreitas as suas relações no domínio político, económico e social, igualam-se paulatinamente os níveis do seu desenvolvimento.

[1] V. I. Lénine. *Obras Escolhidas em Três Tomos*, t. 3, p. 398.

A própria essência do socialismo impõe a necessidade objectiva de aproximação progressiva dos países socialistas. Se no mundo capitalista vigora a lei do desenvolvimento económico, sócio-político e cultural desigual e os países fortes ganham à custa do saque dos fracos, conservando por todos os meios o seu atraso, o socialismo, em contrapartida, cria as premissas necessárias ao progresso dos países menos desenvolvidos até que estes atinjam o nível dos avançados. Quanto mais elevado e nivelado for o desenvolvimento social dos países socialistas, tanto mais rica e profunda será a sua cooperação e mais orgânico se tornará o processo da sua aproximação.

A aproximação dos povos dos países socialistas tem um carácter multifacetado. No domínio da economia, é o desenvolvimento da integração económica socialista; no domínio sócio-político, o fortalecimento e desenvolvimento do regime socialista; na política externa, a linha coordenada e orientada para o fortalecimento da paz e da amizade entre os povos, a resistência à política agressiva do imperialismo; no domínio ideológico, a afirmação da concepção marxista-leninista do mundo, o aumento do intercâmbio de valores culturais, etc. Todos os aspectos deste processo estão interligados.

A cooperação multiforme e a aproximação dos países irmãos decorrem das necessidades ob-

jectivas do desenvolvimento do sistema socialista, são organizadas e orientadas pelos partidos comunistas no poder com base no conhecimento científico das leis do socialismo mundial e da dialéctica da interligação dos interesses nacionais e internacionais.

A cooperação económica

Examinemos em primeiro lugar as relações económicas entre os países socialistas. O seu objectivo é criar uma economia socialista altamente desenvolvida, assegurar o progresso da indústria, da agricultura, ciência e técnica. Estas relações contribuem para o desenvolvimento da economia socialista mundial única para a consecução mais rápida da vitória do socialismo sobre o capitalismo na emulação económica pacífica e para o fortalecimento do poderio da comunidade socialista.

O aprofundamento e o aperfeiçoamento da cooperação económica é uma causa de todos os Estados socialistas, independentemente do seu potencial económico e das condições de desenvolvimento. A União Soviética, o maior país socialista, mais do que muitos outros países, tem os recursos próprios no campo da energia e das matérias-primas, possui maiores possibilidades no domínio da produção material e do progresso técnico-científico. No entanto, também está interessada na utilização mais ampla das vantagens da divisão internacional do trabalho, sobretudo com

comunidade socialista, porque os esforços unidos permitem acelerar o avanço e obter resultados finais mais elevados.

À medida que se desenvolve a cooperação económica dos países irmãos, adquire cada vez maior importância a integração económica que corresponde aos interesses de toda a comunidade e de cada país. Devido à integração económica, criam-se possibilidades suplementares para a utilização racional e eficaz dos recursos nacionais e das riquezas naturais e para o fortalecimento da soberania estatal. A cooperação contribui para o desenvolvimento mais harmonioso da economia nacional de cada país, para a criação de uma estrutura multisectorial que, em proporções mais correctas, combina a indústria e a agricultura, as indústrias extractivas e de transformação, a produção dos meios de produção e a produção dos bens de consumo. O novo tipo de divisão internacional do trabalho, que se cria no processo de desenvolvimento das relações económicas, ajuda os países com o nível relativamente baixo de desenvolvimento industrial a realizar mais rápido a industrialização e o progresso técnico e, nesta base a aumentar a produtividade do trabalho social. Em cada país socialista, a indústria torna-se o ramo principal da economia nacional. Ao mesmo tempo, presta-se grande atenção ao desenvolvimento da agricultura, à aplicação de métodos avançados e eficazes de exploração da terra.

A cooperação económica sólida dos países socialistas é o testemunho convincente do aumento da tendência, prevista por Lénine, para a criação

de uma economia mundial, regulada pelo proletariado de todas as nações como um todo único[1].

No desenvolvimento da cooperação económica dos países socialistas, grande papel cabe ao Conselho de Ajuda Mútua Económica, do qual fazem parte 10 Estados socialistas, situados nos continentes Europeu, Asiático e Americano.

Os países membros do CAME constituem o maior complexo industrial do mundo. Criam quase um terço da produção industrial mundial, ultrapassando pelo seu poderio económico "centros de força" capitalistas como a Europa Ocidental (22% da produção mundial) e os EUA (cerca de 30%). Aos países membros do CAME corresponde cerca de 25% do rendimento nacional mundial.

A cooperação dos países membros do CAME assenta nos princípios do internacionalismo socialista, do respeito pela soberania estatal, independência e interesses nacionais, da não ingerência nos assuntos internos, da completa igualdade de direitos e voluntariedade, da vantagem mútua e ajuda fraterna.

A cooperação económica dos países socialistas tem várias formas: o comércio externo, a coordenação dos planos económicos, a especialização e cooperação internacionais, a cooperação técnico-científica, etc.

O comércio externo é uma importante forma de cooperação dos países irmãos. Aprofunda e aperfeiçoa a divisão socialista internacional do

[1] Ver: V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 41, p. 164.

trabalho, contribuindo para o ascenso geral da economia do socialismo. O comércio desenvolve-se com base nos acordos a longo prazo, o que assegura a cada Estado a obtenção planificada de matérias-primas, materiais, equipamentos e outros bens, e facilita consideravelmente a venda dos produtos.

A industrialização dos países socialistas levou à mudança da estrutura do seu comércio externo. Exportam-se cada vez mais máquinas e equipamentos. Alargam-se as relações comerciais entre os países socialistas. Aumenta também o comércio dos países membros do CAME com os países capitalistas e os países em vias de desenvolvimento.

Os países membros do CAME dão especial atenção à venda de máquinas e equipamentos na base de acordos multilaterais e bilaterais, de especialização e cooperação da produção.

Os fornecimentos recíprocos cobrem a parte essencial das necessidades de importação dos Estados socialistas em combustíveis, matérias-primas e materiais mais importantes, bem como em máquinas e equipamentos. Seguindo os princípios do internacionalismo, a União Soviética procura satisfazer as necessidades energéticas dos países irmãos, mantendo a um alto nível o volume dos fornecimentos de petróleo, derivados de petróleo e de gás natural a estes Estados.

No comércio entre os países socialistas, os preços são estabelecidos numa base bilateral que tem em conta os preços mundiais. São estabelecidos, geralmente, a longo prazo, para um período

determinado, e por isso desconhecem as subidas e descidas conjunturais, inerentes ao mercado capitalista. O sistema de preços no mercado socialista mundial aperfeiçoa-se constantemente de acordo com o desenvolvimento da economia planificada do socialismo.

Em 1959, os países membros do CAME passaram da coordenação dos índices principais de certos ramos da economia nacional para a coordenação dos planos económicos. A coordenação dos planos económicos é um meio importante de estabelecimento de relações económicas directas entre os países socialistas. Esta forma de cooperação abrange tanto a esfera da circulação como a da produção, aperfeiçoando-se e aprofundando-se constantemente.

A coordenação abre caminho para a acção da lei do desenvolvimento planificado e proporcional da economia. Permite a todos os países socialistas, incluindo os que não podem satisfazer por completo as necessidades da produção em matérias-primas ou equipamentos, desenvolver planificadamente a economia.

A especialização e cooperação da produção é uma forma eficaz de integração económica nas condições actuais. Reflecte as principais tendências económicas, o processo da crescente concentração e internacionalização da produção no sistema socialista mundial de economia.

Alguns países socialistas têm um território vasto, recursos naturais ricos, população numerosa e, portanto, um mercado interno bastante grande. Isto permite-lhes desenvolver a produ-

ção em dimensões óptimas, produzir quaisquer artigos em quantidades consideráveis. É diferente a situação dos países onde tais condições não existem. Se desenvolvessem a produção de todos os tipos de máquinas e aparelhos, sofreriam prejuízos.

A coordenação dos planos económicos, baseada na especialização e cooperação da produção, cria condições mais ou menos iguais para a edificação do socialismo em todos os países, acelera o seu desenvolvimento. A divisão do trabalho entre os países socialistas permite a cada um deles obter mais produtos com os mesmos gastos materiais e de mão-de-obra.

A divisão internacional do trabalho não viola a integridade da economia nacional. Contribui para a especialização dos seus ramos, permite organizar a grande produção. Esta especialização é muito vantajosa e racional no sentido económico e assenta na voluntariedade rigorosa. As riquezas naturais e os recursos materiais ficam inteiramente à disposição do país, e os problemas da cooperação económica resolvem-se com o consentimento comum e em pé de igualdade. Cada Estado escolhe a forma de particpação na divisão internacional do trabalho que considera ser mais aceitável e vantajosa.

Os anos 70 foram os mais frutíferos na cooperação entre os membros do CAME e no seu desenvolvimento socioeconómico. Nesse período o seu potencial industrial duplicou, o comércio entre eles aumentou em mais de três vezes. Tudo isto revelou com todo o vigor a vantagem da or-

ganização socialista das relações económicas à escala mundial.

A XXV sessão do CAME aprovou em 1971 o Programa Complexo de maior aprofundamento e aperfeiçoamento da cooperação e do desenvolvimento da integração económica socialista.

De acordo com o Programa Complexo, os países membros do CAME aprofundam e aperfeiçoam a cooperação económica e técnico-científica e desenvolvem a integração económica socialista. Colocam-se os objectivos seguintes:

o desenvolvimento acelerado das forças produtivas em todos os países do CAME, a obtenção do mais alto nível técnico-científico e a elevação máxima da eficácia económica da produção social, bem como o aumento máximo da produtividade do trabalho social;

o aperfeiçoamento da estrutura e o crescimento das proporções da produção, aumentando sistematicamente o nível de equipamento técnico dos ramos, a aplicação da tecnologia de ponta de acordo com as exigências da revolução técnico-científica;

a satisfação das crescentes necessidades da economia nacional dos países, para um longo período, em combustível, energia, matérias-primas, equipamentos modernos, produtos agrícolas, alimentares e outros bens de consumo à custa, principalmente, da produção e da utilização racional dos recursos;

a elevação do nível de vida material e cultural dos povos dos países membros do CAME;

a aproximação e o nivelamento gradual do

desenvolvimento económico dos países membros do CAME;

o aumento da capacidade e da estabilidade do mercado socialista mundial;

a consolidação das posições dos países membros do CAME na economia mundial e o asseguramento, em última análise, da sua vitória na emulação económica com o capitalismo;

o fortalecimento da capacidade de defesa dos países membros do CAME.

Actuando de acordo com o Programa Complexo, os países membros do CAME utilizam melhor as vantagens do sistema socialista de economia e da divisão socialista internacional do trabalho para fortalecer o seu poderio económico e defensivo e aumentar o bem-estar do povo.

O Programa Complexo prevê a tomada de medidas especiais para o ascenso da economia dos países menos desenvolvidos. Acentua a necessidade de assegurar o crescimento acelerado e o aumento da eficácia da economia da República Popular da Mongólia. O mesmo problema foi colocado, posteriormente, em relação à República de Cuba e à República Socialista do Vietname que entraram no CAME.

Um passo importante com vista a aprofundar e aperfeiçoar a cooperação económica foi a elaboração conjunta do Plano Coordenado de Medidas Integracionistas dos países membros do CAME para 1976-1980, no quadro do Programa Complexo. Este programa previa, por exemplo, a exploração conjunta dos recursos naturais em benefício comum, a construção de grandes con-

juntos industriais para satisfazer as necessidades de todos os participantes, a cooperação entre empresas e ramos industriais planificada para muitos anos.

A execução do Plano coordenado permitiu aumentar consideravelmente a interaçção económica dos países irmãos, completando-se cada vez mais as suas economias. De acordo com este Plano foram construídos o gasoduto "Soiuz", com 2750 km de comprimento, que começa na região de Orenburg e vai até à fronteira ocidental da URSS, destinado a fornecer mais de 15 mil milhões de metros cúbicos de gás aos países europeus membros do CAME (o primeiro gás foi fornecido em 1979); a linha eléctrica Vínnitsa (URSS) — Albertircha (Hungria), com uma tensão de 750 Kv e mais de 800 km de comprimento (entrou em funcionamento em 1978); a fábrica de celulose de Ust-Ilimsk, com uma capacidade produtiva de 500 mil toneladas de celulose de alta qualidade por ano; o complexo de tratamento de asbesto de Kiembaev (URSS), com uma capacidade de 500 mil toneladas por ano; novas fábricas de níquel e cobalto com uma capacidade produtiva de 30 mil toneladas por ano em Cuba; e outras obras económicas importantes.

A Cimeira Económica dos países membros do CAME, em 1984, foi uma nova fase no desenvolvimento da cooperação dos países socialistas. Ela definiu as principais direcções do desenvolvimento e aprofundamento da sua cooperação económica, científica e técnica até ao fim do nosso século. Os países membros do CAME pretendem manter a sua superioridade no dinamismo do crescimento económico e no aumento consequente do bem-estar do povo. Para tal acentua-se a passagem acelerada da economia para a via intensiva, a utilização mais eficaz dos recursos imensos que os países irmãos dispoem, o melhoramento da qualidade dos produtos. Sublinha-se a tarefa de acelerar o processo de nivelamento do desenvolvimento económico e, em primeiro lugar, de elevar a economia do Vietname, Cuba, Mongólia até ao nível dos seus parceiros europeus no CAME. Concede-se grande atenção ao asseguramento da estabilidade económica, da independência da comunidade fraterna face a quaisquer formas de agressão económica por parte do imperialismo.

A Cimeira Económica deu um novo passo na coordenação, pelos países membros do CAME, da política económica, na elaboração colectiva dos meios de solução dos grandes problemas económicos, na definição conjunta dos métodos de interacção directa dos países interessados em todas as esferas da produção material. Atribui-se grande importância à aceleração do progresso técnico-científico a fim de se alcançar as metas mais elevadas na revolução técnico-científica. Elaborou-se a estratégia a longo prazo da resolução coordenada do problema das matérias-primas, combustíveis e energia. Serão alargados os contactos directos entre empresas. Aperfeiçoar-se-á a actividade dos organismos do CAME, orientada para a conclusão pelos países

6—2003

interessados de acordos sobre a interacção económica, científica e técnica nas esferas de particular importância.

Os programas especializados de cooperação incluem a elaboração de muitos problemas no domínio da ciência e da técnica na base de acordos multilaterais.

Os países irmãos estão a realizar uma tarefa de importância histórica: transformar os anos 80 num período de cooperação intensiva no domínio da produção, da ciência e da técnica. Os Estados membros do CAME coordenam os planos económicos para o próximo quinquénio, elaboram o plano coordenado de medidas integracionistas multiformes. Com este objectivo aprovam-se os programas bilaterais a longo prazo de especialização e cooperação da produção entre a URSS e os países europeus do CAME.

No começo dos anos 80, os países membros do CAME assinaram 120 acordos multilaterais e mais de 1000 bilaterais sobre especialização e cooperação da produção, entre eles 90 acordos no domínio da construção de máquinas, da indústria radiotécnica e electrónica. Estes acordos abrangem a produção de mais de 10 mil tipos de artigos.

A cooperação técnico-científica adquiriu grandes proporções, para a sua coordenação no CAME foi criado um Comité especial. Esta cooperação realizava-se com base em 120 acordos, no quadro das 24 organizações técnico-científicas e económicas internacionais, 7 colectivos internacionais de cientistas e especialistas, 57 centros de

coordenação. Na cooperação técnico-científica participam mais de 300 organizações de investigação científica e de projectos e escolas superiores.

A elevação do nível da cooperação técnico-científica dos países socialistas tornou necessário adoptar, em 1985, o Programa Complexo do Progresso Técnico-Científico. É seu objectivo assegurar uma política técnico-científica coordenada dos países membros do CAME. De acordo com este Programa, será dada mais atenção às alavancas económicas, à iniciativa, ao espírito de empreendimento socialista e à participação neste processo dos colectivos de trabalhadores.

A União Soviética concedeu a outros países socialistas uma ajuda considerável. A aplicação das realizações técnico-científicas soviéticas na Bulgária permitiu organizar rapidamente a produção de metais ferrosos e não ferrosos, de muitos tipos de produtos da construção de máquinas, de máquinas agrícolas, de equipamentos para a indústria energética, de aparelhagem de rádio, motocicletas, bicicletas, etc. A Hungria organizou a produção de aço de alta qualidade e de chumaceiras, e resolveu muitos outros problemas técnicos importantes. A RDA utilizou documentação soviética para a abertura de poços de petróleo. A Polónia utilizou o método soviético de produção de turbinas a vapor e turbogeradores, de caldeiras de alta pressão, máquinas de mineração e automóveis. A Roménia, com base na documentação técnica soviética, desenvolveu a produção de tractores, máquinas ferramentas, tur-

boperfuradoras, escavadeiras, guindastes de torre. A tecnologia soviética é amplamente utilizada na indústria metalúrgica, química, têxtil, etc. da Checoslováquia.

A realização com êxito do programa "Intercosmos" é um exemplo evidente da cooperação frutífera dos Estados irmãos no domínio da ciência e da técnica. Em mais de 10 anos de existência deste programa, os cientistas dos países irmãos, com a ajuda de satélites artificiais e laboratórios cósmicos soviéticos, realizaram importantes trabalhos conjuntos no domínio do estudo das propriedades físicas do Espaço, da meteorologia cósmica, das comunicações, da biologia e da medicina e no estudo dos recursos naturais da Terra. Os voos conjuntos dos cosmonautas dos Estados socialistas mostram que os países irmãos estão em condições de realizar grandes tarefas na investigação e exploração do Espaço no interesse de toda a Humanidade. São significativos os êxitos dos cientistas e especialistas dos países socialistas na criação do material técnico, materiais e tecnologias modernos, na protecção e melhoramento do meio ambiente.

A cooperação na base multilateral e bilateral visa a utilização mais eficaz do potencial científico e técnico de cada país, a redução máxima do tempo de investigação e de introdução de modelos experimentais na produção em série, a economia dos recursos materiais e humanos.

Os dados seguintes mostram a envergadura da cooperação técnico-científica. Nos anos 70, depois de aprovado o Programa Complexo, foram levados a cabo mais de 10 mil trabalhos teóricos e aplicados, elaborados em conjunto mais de 1500 novos tipos de máquinas, mecanismos e aparelhos, elaborados e aperfeiçoados mais de 1200 processos tecnológicos, criados mais de 1300 novos tipos de materiais, produtos e preparados. No domínio da química, por exemplo, foram obtidos novos tipos de matérias plásticas, resinas sintéticas, borracha artificial, catalisadores, produtos químicos de amplo consumo, produtos químicos para a protecção de plantas, etc.

Na construção de máquinas foram criados cerca de 40 tipos de novas máquinas agrícolas. Estão a realizar-se trabalhos que visam aperfeiçoar o sistema de máquinas para a mecanização integral da agricultura e da exploração florestal. Foram criadas máquinas modernas e meios de mecanização e automatização para as minas e mais de 80 modelos de máquinas de comando programado. Num prazo curto foi concluída a criação da primeira etapa do sistema único de computadores da terceira geração.

Em 1979, nos países membros do CAME foram elaboradas e aprovadas as "Principais Direcções da Cooperação Técnico-Científica até 1990". Toda esta actividade conjunta é estreitamente articulada com a realização das tarefas dos programas especializados a longo prazo nos domínios importantes da produção material, aprovados pelas últimas sessões do CAME. A maior parte dos problemas científicos e técnicos, sobre os quais trabalham em conjunto os cientistas dos países irmãos nos anos 80, está di-

rectamente relacionada com a realização de tais programas.

A vida mostra que a cooperação técnico-científica é a condição decisiva da aceleração do progresso técnico geral dos países socialistas. O CAME concentra a sua atenção nos sectores da ciência e da técnica, que têm importância primordial para o desenvolvimento técnico. Dá-se prioridade à criação de produtos que estejam ao nível dos padrões mundiais, à utilização acelerada das conquistas da revolução técnico-científica na produção, à intensificação das relações económicas.

Nos últimos quinquénios acentua-se o aspecto qualitativo da cooperação económica dos países socialistas, a elevação da eficácia da produção social e da cooperação socialista internacional. Isto está estreitamente ligado à utilização máxima dos recursos internos de cada país para acelerar o crescimento da economia nacional. Como resultado disto nivela-se o desenvolvimento económico e cultural dos países socialistas, o que lhes permite reduzir o prazo da edificação do socialismo.

O Conselho de Ajuda Mútua Económica não é uma organização fechada. Está pronto a desenvolver relações económicas com todos os países, independentemente do seu regime político-social, sobre os princípios da igualdade, vantagens mútuas e respeito pela soberania.

A República Socialista Federativa da Jugoslávia coopera activamente com o CAME e participa nos trabalhos de quase todos os seus organis-

mos para problemas de interesse recíproco. Esta cooperação efectua-se, por exemplo, na siderurgia e na metalurgia não ferrosa, na construção de máquinas, nas indústrias química, electrónica e petrolífera, na agricultura, no comércio externo, na actividade técnico-científica, etc.

Os êxitos e a experiência dos países da comunidade socialista chamam a atenção de muitos Estados para a actividade do CAME. O CAME concluiu acordos de cooperação, por exemplo, com a Finlândia, Iraque e o México. Actualmente, o CAME mantém relações, sob várias formas, com mais de 60 organizações internacionais.

Os países socialistas procuram desenvolver amplas relações económicas mutuamente vantajosas com os Estados do mundo não socialista. A RDA comercia com mais de 100 países, a Checoslováquia com quase todos os países do mundo, a Hungria com 90 países, a Polónia com 150 países, a Roménia com mais de 80, a Bulgária com mais de 75, a RPD da Coreia com mais de 40, a RS do Vietname com 29, a Mongólia com 15 países (até 1952 só com um país, a União Soviética).

A cooperação económica dos países socialistas tem grande importância para o fortalecimento do socialismo mundial, para a sua emulação com o capitalismo, para a consolidação do socialismo como o apoio de todas as forças libertadoras da actualidade.

A aliança política e militar

A cooperação política dos países irmãos no seio do sistema socialista mundial é chamada a assegurar condições mais favoráveis para a construção com êxito da nova sociedade e para o desenvolvimento do sistema socialista no seu conjunto.

A comunidade do regime socioeconómico, a unidade de objectivos, a base ideológica marxista-leninista dos Estados da comunidade socialista condicionam o carácter verdadeiramente fraterno das suas relações, assentes na igualdade. Coloca-se em primeiro plano a coordenação da política, a defesa conjunta das conquistas socialistas dos trabalhadores, a conjugação dos esforços na edificação do socialismo e do comunismo e na luta pelo fortalecimento da paz.

A cooperação política dos países socialistas europeus assenta numa base colectiva e efectua-se no quadro da Organização do Tratado de Varsóvia, aliança político-militar baseada nas ideias leninistas sobre a defesa colectiva das conquistas do socialismo e nos princípios do internacionalismo socialista. O seu traço característico é o princípio de igualdade e soberania e de não ingerência nos assuntos internos dos países membros. O Tratado de Varsóvia é um tratado defensivo. No artigo I diz-se que os participantes do Tratado "comprometem-se, de acordo com a Carta da Organização das Nações Unidas, a não recorrer, nas suas relações internacionais, ao emprego da força ou à ameaça a usar a resolver os seus litígios internacionais por meios pacíficos de modo a não pôr em perigo a paz e a segurança internacional".

O documento sobre a doutrina militar do Tratado de Varsóvia, aprovado pelo seu Comité Consultivo Político em 1987, confirma de forma convincente o seu carácter defensivo.

O Tratado de Varsóvia defensivo é o contrário, pelo seu carácter e objectivos, dos blocos imperialistas agressivos, em particular da NATO. Por isso é absolutamente injusto colocar estas organizações militares no mesmo plano, como o fazem alguns políticos ocidentais.

Os países socialistas são adversários resolutos da divisão do mundo em blocos militares opostos, assim como da corrida aos armamentos. Mas enquanto existir a NATO e enquanto os meios militaristas continuarem a corrida aos armamentos, os participantes do Tratado de Varsóvia continuarão a fortalecer a sua aliança político-militar.

As cimeiras do Comité Consultivo Político desempenham importante papel na elaboração da política coordenada dos participantes do Tratado de Varsóvia. Com base no intercâmbio amistoso de opiniões, o Comité Consultivo Político define a atitude comum para com os problemas-chave das relações internacionais, que estão no centro de atenção dos partidos governantes, dos seus Comités Centrais e dos governos dos Estados aliados. Examinam-se também as questões relacionadas com o aprofundamento das relações multiformes entre os Estados participantes do Tratado. Em 1976 foi criado mais um órgão im-

portante: o Comité dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Organização do Tratado de Varsóvia.

Nos documentos aprovados nas 22 reuniões do Comité Consultivo Político, realizadas entre 1955 e 1986, expõe-se a política internacionalista dos Estados socialistas que visa consolidar a paz e a segurança internacional, apoiar a luta dos povos pela liberdade, a democracia e o progresso social. Toda a reunião onde se discutem os problemas internacionais mais importantes, contribui para o fortalecimento da segurança tanto na Europa como em todo o mundo. Nestas reuniões foram feitas muitas propostas importantes, nomeadamente, sobre a conclusão do pacto de não agressão entre os membros da NATO e os do Tratado de Varsóvia, sobre a convocçação de uma conferência para o desanuviamento militar e o desarmamento na Europa e muitas outras.

Na actividade do Tratado de Varsóvia reflectem-se todos os problemas importantes da vida internacional. A posição clara e nítida dos países irmãos na luta pela liquidação do perigo de uma guerra nuclear, pelo fim da corrida aos armamentos e o desarmamento corresponde aos interesses de todos os homens do planeta.

Sendo países europeus, os participantes do Tratado de Varsóvia dão especial atenção à conservação e consolidação da paz neste continente. Graças aos esforços da URSS e de outros Estados da comunidade socialista, no último decênio foram assinados vários tratados e acordos importantes. Estes documentos abriram amplas possi-

bilidades para o desenvolvimento da cooperação em pé de igualdade e vantagem mútua entre os Estados com regimes sociais diferentes.

Os Estados socialistas irmãos procuram assegurar aos povos de todos os continentes as condições de vida pacíficas, manifestam-se constantemente em defesa dos países que lutam pela libertação nacional. Nas reuniões do Comité Consultivo Político, os participantes do Tratado de Varsóvia tomaram mais de uma vez a defesa da liberdade e da independência dos povos da Indochina, do Próximo Oriente, da África e da América Latina.

A política externa de paz dos participantes do Tratado de Varsóvia revelou-se com toda a clareza na sua proposta sobre a dissolução simultânea das organizações do Tratado de Varsóvia e do Tratado do Atlântico Norte e, como primeiro passo, das suas organizações militares. Estes passos positivos não encontraram, porém, o devido apoio no Ocidente. Os países socialistas irmãos fazem uma ideia realista da situação internacional dos planos agressivos dos círculos imperialistas, que atiçam a psicose militarista, tomam as medidas necessárias para fortalecer a sua capacidade de defesa e desenvolvem estreita colaboração neste sentido.

As Forças Armadas da União Soviética constituem a base das Forças Armadas Unificadas dos Estados signatários do Tratado de Varsóvia. O Exército Soviético e a Marinha de Guerra da URSS estão à altura das exigências modernas quanto às suas potencialidades técnico-militares,

às qualidades combativas e morais e à preparação dos seus efectivos. As forças armadas de todos os países aliados são exércitos modernos. Dispõem de equipamentos modernos e de quadros altamente qualificados, capazes de dirigir de modo competente as tropas.

Aperfeiçoa-se constantemente o mecanismo de cooperação militar dos países socialistas, abrangendo hoje todos os aspectos da actividade dos exércitos aliados. O organismo militar superior da Organização do Tratado de Varsóvia é o Comité dos Ministros de Defesa que resolve os problemas do fortalecimento da capacidade de defesa dos Estados aliados, examina as questões de preparação das tropas e da marinha. A direcção prática das Forças Armadas Unificadas é exercida pelo Comando Unificado. As questões da actividade corrente das Forças Armadas Unificadas resolvem-se no Conselho Militar das Forças Armadas Unificadas. O Estado-Maior das Forças Armadas Unificadas dirige as tropas e generaliza a sua experiência.

Ao fortalecer a sua defesa, a União Soviética e os outros países socialistas não aspiram à superioridade militar. Nunca ameaçaram e não ameaçam nenhum Estado ou grupo de Estados. A sua doutrina estratégica tem uma orientação univocamente defensiva. Por isso mesmo nenhum outro grupo de Estados no mundo tem no seu activo tantas propostas construtivas sobre o desanuviamento militar, como os países membros do Tratado de Varsóvia. A sua aceitação contribuiria para a consolidação da paz e a segu-

rança dos povos do planeta. No entanto, os países da NATO seguem obstinadamente a linha da continuação da corrida aos armamentos e da criação de situações explosivas de crise em muitas regiões do globo com todas as consequências negativas que delas resultam para a causa da paz e do progresso social.

Durante mais de trinta anos, a actividade da Organização do Tratado de Varsóvia mostra que é um factor poderoso e efectivo para afastar a ameaça imperialista e fortalecer a paz. Tornou-se um factor importante da garantia do trabalho criador pacífico dos povos dos países socialistas.

A par do Tratado de Varsóvia, grande importância para o desenvolvimento do socialismo mundial e para a garantia da paz têm os tratados bilaterais de amizade, aliança e ajuda mútua concluídos entre os Estados socialistas. Contêm compromissos recíprocos sobre a defesa das conquistas socialistas, definem os princípios e as principais direcções da cooperação bilateral.

A cooperação bilateral entre os países socialistas assenta na comunidade dos seus sistemas político-sociais e na coincidência dos seus objectivos principais. Assenta nos princípios do respeito mútuo, soberania, independência, igualdade absoluta e não ingerência nos assuntos internos. Esta cooperação, que abrange todas as esferas da vida política e social, tem por objectivo ajudar uns aos outros na edificação do socialismo, contribuir eficazmente para o fortalecimento da comunidade dos Estados socialistas irmãos.

A cooperação ideológica

Uma das esferas importantes é a cooperação dos países socialistas no campo ideológico. Ajuda a actuar mais eficazmente na luta ideológica entre os dois sistemas sociais.

Nos últimos anos fortaleceram-se e alargaram-se consideravelmente as relações entre as instituições ideológicas dos partidos comunistas dos países socialistas. Realizam-se regularmente encontros dos secretários dos Comités Centrais dos partidos comunistas e operários, onde se discutem as questões de coordenação da actividade ideológica. Tal coordenação é necessária para realizar em grande escala e a alto nível a cooperação teórica e ideológica dos partidos comunistas e operários, conjugar os seus esforços nos estudos teóricos e na luta ideológica contra a filosofia e a sociologia burguesa e o revisionismo de direita e de esquerda. Os inimigos do socialismo intensificam a sua propaganda, utilizam os meios de comunicação social para introduzir a ideologia burguesa na vida espiritual dos países socialistas, caluniar o socialismo, desacreditar os ideais socialistas. Em resposta à propaganda hostil, cuidadosamente coordenada pelos centros especiais das potências imperialistas, os países socialistas unem os seus esforços para dar réplica aos caluniadores.

Os partidos governantes elaboram em conjunto as bases científicas da política externa dos países socialistas, os métodos e meios de luta pela paz, pela afirmação do princípio de coexistência

pacífica dos Estados com regimes sociais diferentes e a renovação revolucionária da sociedade, a estratégia e a táctica de luta ideológica nas novas condições. Estudam colectivamente os problemas relacionados com o reforço do papel dirigente dos partidos marxistas-leninistas na actualidade, a influência das ideias marxistas-leninistas na formação de uma frente anti-imperialista única e muitos outros problemas do desenvolvimento social.

Alarga-se a cooperação e a actividade coordenada dos países socialistas na esfera da ciência e instrução, que se desenvolve sob formas e a níveis diferentes. Funciona o Conselho permanente dos vice-presidentes das Academias das Ciências dos países socialistas para as ciências sociais que coordena as principais direcções dos estudos neste domínio. Elaboram-se em conjunto temas de investigação. Devido à actividade conjunta, elevou-se a eficácia do trabalho científico, utiliza-se melhor o potencial científico dos países da comunidade socialista, gastam-se mais economicamente os meios, resolvem-se mais rapidamente os problemas prementes. Torna-se cada vez mais concreto o carácter das relações directas entre as escolas superiores dos países socialistas.

A cooperação dos Estados socialistas na esfera da cultura é um meio eficaz de aproximação dos povos e de fortalecimento da sua amizade. Contribui para o enriquecimento recíproco da vida espiritual dos povos e o florescimento rápido e multiforme das culturas, da ciência e da técnica nacionais.

As formas das relações culturais tornam-se cada vez mais variadas. O intercâmbio de colectivos teatrais e outros grupos artísticos, as visitas de figuras eminentes da arte e da literatura nacionais, a organização de exposições de arte, a edição de livros, o intercâmbio de filmes, programas de rádio e de televisão — tudo isto ajuda milhões de pessoas a conhecer melhor a cultura das nações socialistas. Grande popularidade adquiriu a organização das jornadas de cultura, nas quais participam delegações representativas e que atraem a atenção do amplo público.

No desenvolvimento das relações culturais entre os Estados da comunidade socialista registou-se um progresso considerável devido à planificação dos contactos culturais para um período de cinco anos.

Da cooperação cultural dos Estados socialistas faz parte também a sua ajuda aos países em vias de desenvolvimento. Prestam ajuda a muitos Estados da Ásia, África e América Latina na criação de um sistema eficaz de educação e na superação do atraso cultural, causado pelo domínio do colonialismo.

O desenvolvimento dos contactos directos entre os trabalhadores e as grandes camadas da população dos países socialistas tem grande importância. Graças a eles, acelera-se o processo de aproximação dos povos irmãos. Cria-se um clima psicológico favorável à consolidação da cooperação e ao fortalecimento da unidade política, moral e ideológica dos países socialistas.

A aliança dos partidos comunistas

A base essencial da cooperação estreita dos países socialistas, a sua força orientadora e organizadora é a indestrutível união dos partidos comunistas dos países socialistas, a sua unidade de concepção do mundo, objectivos e vontade. A cooperação dos partidos comunistas, no governo, abrange todas as esferas da sua actividade e efectua-se sob as mais diversas formas e a todos os níveis.

Os contactos multilaterais e bilaterais entre os Secretários-Gerais e Primeiros Secretários dos CC dos partidos comunistas e operários, que se tornaram regulares, revestem-se de particular importância para esta cooperação, para a consolidação da comunidade socialista. Nestes encontros discutem-se, de forma circunstanciada, os problemas correntes e futuros, elaboram-se medidas para aprofundar e aperfeiçoar a cooperação.

Nos últimos anos dá-se especial atenção à ampliação da cooperação económica dos Estados socialistas em pé de igualdade e vantagem mútua; à elevação da eficácia das relações económicas, ao desenvolvimento da especialização e cooperação da produção na base dos programas coordenados a longo prazo; à orientação consequente para a integração económica socialista no quadro do CAME.

Durante esses encontros analisam-se detalhadamente grandes problemas internacionais, pre-

7—2003

cisam-se os objectivos concretos, para a consecução dos quais se dirigem os esforços conjugados dos países amigos. Isto contribui para a elevação do nível de coordenação da política externa dos Estados socialistas.

Nos anos 80 tornaram-se regulares os encontros multilaterais de trabalho dos dirigentes dos países irmãos. Estes encontros permitem fazer consultas, de modo operativo e num espírito de camaradagem, em torno de toda a gama dos problemas da construção socialista, dos seus aspectos internos e externos.

Realizam-se periodicamente também conferências bilaterais e multilaterais dos Secretários dos CC dos partidos irmãos para diversas questões, encontros consultivos, intercâmbio de delegações para o estudo da experiência de trabalho partidário. Cooperam entre si as instituições de investigação científica, os estabelecimentos de ensino e os órgãos da imprensa dos partidos irmãos.

Mantêm-se contactos activos também entre as organizações partidárias. Por exemplo, mais de 130 territórios, distritos e cidades da União Soviética mantêm relações directas com 150 distritos e cidades dos países socialistas.

A cooperação interpartidária é combinada com amplas relações entre os órgãos estatais, as organizações sociais e os colectivos de trabalhadores. As associações de amizade da URSS e dos outros países da comunidade socialista dão uma importante contribuição para este trabalho. Os contactos cada vez mais amplos entre os trabalhadores dão às relações entre os países socialistas um carácter autenticamente popular.

A unidade e a cooperação frutífera entre a maioria dos partidos comunistas dos países socialistas não excluem as posições diferentes nalgumas questões. Mas a tendência geral caracteriza-se pelo aumento da coesão dos partidos comunistas e dos Estados socialistas. Os partidos governantes consideram que para a consolidação do socialismo mundial são necessários os esforços conjuntos com base nos princípios do marxismo-leninismo, do internacionalismo socialista, da igualdade de direitos e da cooperação fraterna.

O fortalecimento da unidade dos países socialistas

A experiência de desenvolvimento da comunidade socialista mostra de modo convincente que o factor decisivo da edificação com êxito do socialismo é a unidade e coesão dos países irmãos. É com os esforços conjugados que se resolvem os problemas mais complexos que se colocam perante o socialismo mundial e se cria uma base segura para o desenvolvimento acelerado de cada país. Os partidos comunistas governantes consideram ser seu dever internacionalista fortalecer a unidade, aumentar o poderio e a influência da comunidade socialista. Consideram que o decorrer da competição entre o socialismo e o capitalismo e o futuro da civilização humana dependerão em grande medida da consolidação da comu-

nidade, dos êxitos nas actividades criativas de cada país, da clareza de objectivos e da coordenação da sua acção.

Graças à solidariedade e ao apoio mútuo, os países da comunidade socialista conseguiram profundas transformações em diferentes domínios da vida social. A afirmação da independência das nações e a sua aspiração à aproximação na comunidade socialista são dois aspectos do processo de formação e desenvolvimento do socialismo mundial.

A cooperação dos países socialistas é uma condição importante para o desenvolvimento com êxito do movimento operário internacional e do movimento de libertação nacional. Os êxitos do socialismo, a sua influência sobre a marcha dos acontecimentos mundiais, a eficácia da sua luta contra a agressão imperialista dependem, em larga medida, da coesão dos países socialistas. A unidade de acção dos países socialistas é um factor essencial para a união de todas as forças anti-imperialistas. Por isso, no fortalecimento dos países socialistas estão interessados não só os partidos marxistas-leninistas destes países, como o movimento comunista em geral e outras correntes democráticas e progressistas.

O desvelo pelo fortalecimento da unidade dos países socialistas tem grande importância, visto que as forças imperialistas procuram por todos os meios quebrar esta unidade. Tentando contrapor uns Estados socialistas a outros e desuni-los, procuram impor as ideias do "comunismo nacional", falam do predomínio dos traços nacionais

específicos no movimento de cada país para o socialismo, da disparidade e até das diferenças essenciais destes caminhos.

Os círculos governantes dos Estados imperialistas utilizam contra os povos dos países socialistas uma ampla gama de meios subversivos, procuram impor os seus "valores" sociais, políticos e espirituais, a psicologia consumista, o modo de pensar burguês. Um dos métodos da propaganda burguesa é a tentativa de apresentar os capitalistas como amigos do regime socialista, regime que, segundo ela, é preciso apenas "melhorar, liberalizar", etc. Na realidade, os inimigos do socialismo desejam a sua transformação radical e a restauração do capitalismo.

No desenvolvimento da cooperação entre os países socialistas repercutem-se ainda outros factores negativos. No mundo socialista, assim como nos países que o integram, ainda há muitos problemas por resolver. Ele desenvolve-se através da luta do novo com o velho, através da solução das contradições internas. Portanto, podem surgir complicações nalgumas esferas da vida social, capazes de provocar alguns atritos nas relações entre os países.

Graças à cooperação estreita, os países socialistas saem com honra das situações difíceis que surgem no processo de desenvolvimento do socialismo mundial e na luta contra as forças imperialistas. A experiência acumulada ajuda os partidos comunistas a resolver correctamente e a tempo os problemas surgidos, aperfeiçoando a cooperação a todos os níveis: estatal, social, econó-

mico e cultural. A observância dos princípios de plena igualdade, vantagem mútua e ajuda fraterna contribui para a consolidação das relações entre os países socialistas. Os partidos irmaõs estão interessados nos êxitos de cada um deles, combinam na sua actividade os interesses nacionais e internacionais.

A experiência da URSS e do socialismo mundial demonstra que, para o seu progresso eficiente, são essencialmente importantes a fidelidade dos partidos comunistas e operários no poder ao marxismo-leninismo, a aplicação criativa desta teoria; a firme ligação dos partidos às amplas massas trabalhadoras, o reforço do seu prestígio e do seu papel dirigente na sociedade, a rigorosa observação das normas leninistas da vida partidária e estatal, o desenvolvimento da democracia socialista; a consideração sensata da situação real, a solução oportuna e cientificamente fundamentada dos problemas enfrentados; a estruturação das relações com os outros países irmãos com base nos princípios do internacionalismo socialista.

Quaisquer que sejam as peculiaridades de cada um dos países socialistas, o seu nível económico, as suas dimensões, as suas tradições históricas e nacionais, todos eles têm os mesmos interesses de classe. Aquilo que une e torna coesos os países socialisas é principal e incomensuravelmente maior do que aquilo que os pode separar.

Fortalecendo a unidade e a coesão, a comunidade dos países socialistas contribui para a aceleração dos ritmos do progresso social, cria condições favoráveis para a luta eficaz dos povos pela paz, a independência nacional e o socialismo.

A experiência acumulada pelo socialismo mundial permite concluir que, à medida que avança o seu desenvolvimeno económico, social, político e cultural e diminui a diferença nos níveis de desenvolvimento social, a sua cooperação, ajuda mútua e intercâmbio de experiência, vão aprofundar-se. No quadro da comunidade de Estados socialistas soberanos e iguais em direitos revelar-se-ão cada vez mais as tendências para a aproximação das nações e povos, para a internacionalização das diversas esferas de sua vida.

Capítulo IV A LUTA DOS PAÍSES SOCIALISTAS CONTRA O PERIGO DE UMA GUERRA, PELO FORTALECIMENTO DA PAZ

Os partidos comunistas e operários dos países socialistas, fiéis aos legados de Lénine, vêem o principal objectivo da sua política externa não só em prevenir uma nova guerra mundial, como também em excluir para sempre as guerras da vida da sociedade.

O XXIV Congresso do PCUS (1971), guiando-se pelos princípios leninistas da política externa soviética, formulou e promulgou perante toda a humanidade o Programa de Paz, base das acções de grande envergadura do Estado soviético no cenário internacional, acções que contribuíram para a normalização das relações entre Estados com regimes sociais diferentes, para o fortalecimento

da segurança da União Soviética e dos outros países socialistas.

O Programa de Paz foi desenvolvido nos XXV, XXVI e XXVII Congressos do PCUS (1976, 1981 e 1986), tendo-se em conta as novas condições.

O XXVII Congresso do PCUS acentuou a necessidade de uma nova atitude na solução dos problemas internacionais, chamou todos os Estados a impedir a tendência para o aumento do perigo militar. A União Soviética parte das seguintes razões: o carácter das armas contemporâneas não deixa a nenhum Estado a esperança de se defender unicamente com meios técnico-militares, mesmo criando a defesa mais poderosa possível. Garantir a segurança apresenta-se cada vez mais como uma tarefa política, capaz de ser resolvida só com meios políticos. A segurança, se se tomar as relações internacionais no seu conjunto, só pode ser universal. A maior sensatez consiste em não se preocupar exclusivamente consigo próprio e ainda menos em detrimento duma outra parte. É necessário que todos se sintam seguros em igual medida, pois os receios e as inquietações do século nuclear geram imprevistos na política e nas acções concretas. Perante todos, sem excepção alguma, põe-se uma tarefa fundamental: sem fechar os olhos às contradições sociais, políticas e ideológicas, aprender a ciência e a arte de se comportar com sobriedade e circunspecção na arena internacional, viver duma maneira civilizada, isto é, nas condições da cooperação e comunicação internacionais correctas.

Mas, para estender esta cooperação a vastos campos, é também imprescindível um sistema global de segurança económica internacional que possa defender em igual medida cada Estado da discriminação, das sanções e doutros atributos da política imperialista, neocolonial. O PCUS considera que tal sistema, paralelamente com o desarmamento, pode tornar-se um garante firme da segurança internacional em geral. Na situação actual não existe alternativa à cooperação e à interacção entre todos os Estados. Isto significa que se formaram condições objectivas, nas quais a luta entre o capitalismo e o socialismo pode continuar só e unicamente sob formas de emulação pacífica e competição pacífica.

O XXVII Congresso do PCUS propôs encontrar os caminhos da cooperação mais estreita e produtiva com os governos, partidos, organizações sociais e movimentos que estão preocupados, com efeito, com o destino da paz na Terra, com todos os povos, para criar um sistema global de segurança internacional. O Congresso propôs as bases de princípio deste sistema.

No domínio militar:

— renúncia das potências nucleares à guerra, entre elas ou contra terceiros Estados, tanto nuclear como convencional;

— não admissão da corrida aos armamentos no Espaço, cessação de todas as experiências de armas nucleares e a sua liquidação total, proibição e destruição das armas químicas, renúncia à criação doutros meios de extermínio em massa;

— diminuição, rigorosamente controlada, dos níveis dos potenciais militares dos Estados até ao limite de suficiência razoável;

— dissolução dos agrupamentos militares e, como um passo para isto, renúncia à sua ampliação e à criação de novos;

— redução proporcional e equitativa dos orçamentos militares.

No domínio político:

— respeito incondicional na prática internacional pelo direito de cada povo a escolher soberanamente os caminhos e as formas do seu desenvolvimento;

— solução política justa das crises internacionais e dos conflitos regionais;

— elaboração de um conjunto de medidas susceptíveis de fortalecer a confiança entre os Estados, de criar garantias eficientes contra a agressão de fora e para a inviolabilidade das suas fronteiras;

— elaboração de métodos eficazes de prevenção do terrorismo internacional, incluindo a segurança da utilização das comunicações internacionais terrestres, aéreas e marítimas.

No domínio económico:

— exclusão, na prática internacional, de todas as formas de discriminação; renúncia à política de sanções e bloqueios económicos, se isto não estiver directamente fixado nas recomendações da comunidade mundial;

— procura em comum dos caminhos para a regularização justa do problema das dívidas;

— estabelecimento duma Nova Ordem Económica Internacional que garanta a segurança económica igual para todos os Estados;

— elaboração dos princípios do emprego para bem da comunidade mundial, sobretudo dos países em desenvolvimento, de uma parte dos meios resultantes da futura redução dos orçamentos militares;

— unificação dos esforços na investigação e exploração pacíficas do Espaço, solução dos problemas globais, dos quais dependem os destinos da civilização.

No domínio humanitário:

— cooperação na divulgação das ideias da paz, do desarmamento e da segurança internacional; elevação do nível geral da informação objectiva e conhecimento recíproco da vida dos povos; fortalecimento do espírito de compreensão mútua e de concórdia nas relações entre eles;

— erradicação do genocídio, do apartheid, da propaganda do fascismo e de qualquer outra exclusividade racial, nacional ou religiosa, assim como da discriminação dos indivíduos com base nisso;

— ampliação, respeitando as leis de cada país, da cooperação internacional em matéria de exercício dos direitos políticos, sociais e pessoais do homem;

— solução, no espírito humanista e positivo, das questões relativas à reunificação das famílias, aos matrimónios e ao desenvolvimento dos contactos individuais e entre organizações;

— fortalecimento e procura de novas formas de cooperação nos domínios da cultura, arte, ciência, instrução e medicina.

A plataforma da política externa do PCUS, apoiada pelos partidos governantes dos países socialistas e de todo o movimento comunista, realizava-se num período de grandes acontecimentos na vida internacional. Este período foi assinalado pelo desenvolvimento progressivo dos países socialistas, por novas vitórias dos povos da Ásia, África e América Latina na sua luta pela libertação nacional e social. As forças que lutam pela paz, a democracia e o progresso social alcançaram êxitos consideráveis.

Ao mesmo tempo, na segunda metade dos anos 70, as forças imperialistas mais reaccionárias, os fabricantes de armas e os militaristas, os pregadores da "guerra fria" uniram-se numa ampla campanha contra o desanuviamento e o desarmamento. Na primeira metade dos anos 80 criou-se no mundo uma situação muito complicada e desfavorável. O grupo da direita que chegou ao poder nos EUA e os seus sequazes principais da NATO deram uma viragem brusca do desanuviamento para a política belicista e de força. Os círculos imperialistas tentam esmagar pela força o movimento de libertação dos povos, intervêm nos assuntos internos de outros países.

A causa do crescimento da agressividade do imperialismo reside antes de mais no seu desejo de impedir o fortalecimento das posições do socialismo, os êxitos do movimento de libertação

nacional, o aumento da influência das forças democráticas e progressistas no mundo. É também a consequência do agravamento da crise geral do sistema capitalista, a reacção às crises profundas nos domínios financeiro, energético e outros, à intensificação da luta dos trabalhadores pelos seus direitos e interesses. É ainda o receio dos círculos da direita dos EUA de perder a sua liderança no mundo capitalista, sensivelmente abalada pelo aumento das contradições inter-imperialistas, pelas viragens arriscadas e falhas da política externa americana. O desprezo evidente do complexo militar-industrial americano pela vontade dos povos de pôr fim à corrida aos armamentos manifesta-se na intensificação dos esforços dirigidos para a militarização do Espaço, na continuação dos ensaios de armas nucleares, na instalação dos mísseis americanos de médio alcance na Europa, nas provocações incessantes contra os países da América Central, na criação dos focos de tensão no Oriente Próximo e Médio e na África do Sul.

O desejo das forças do imperialismo de acelerar a corrida aos armamentos é acompanhado de campanhas desenfreadas anti-soviéticas e anti-socialistas, a fabricação de diversas mentiras sobre a política externa soviética e a "agressividade" da União Soviética.

Nesta situação, os países socialistas envidam todos os esforços para frustrar os planos dos círculos agressivos e assegurar aos seus povos a possibilidade do trabalho criador pacífico. Na política externa foi considerada como essencial a tarefa de consolidar a unidade e a cooperação multiforme dos Estados socialistas, de multiplicar os seus esforços para a defesa da paz. Graças às acções coordenadas, os países socialistas alcançaram grandes vitórias na luta pelo reforço das suas posições e na resolução dos mais importantes problemas da política externa.

Foi um acontecimento histórico a vitória do heróico povo vietnamita que, com o apoio e a ajuda da União Soviética, de outros Estados socialistas e de toda a opinião pública progressista do mundo, resistiu às forças do imperialismo e da reacção e conseguiu libertar completamente e reunificar o seu país.

As acções conjuntas da União Soviética e de outros Estados socialistas levaram à liquidação completa e definitiva do bloqueio político e diplomático organizado pelas forças imperialistas contra a República Democrática Alemã, o que fortaleceu consideravelmente as posições do socialismo mundial no continente europeu. Com o apoio da URSS e de outros países socialistas, consolidaram-se as posições internacionais da República de Cuba, o primeiro Estado socialista do hemisfério ocidental. Em consequência, fracassaram as tentativas do imperialismo norte-americano de resolver o "problema cubano" por via militar e pelo bloqueio económico e diplomático.

A URSS e outros países socialistas lutam consequentemente pela liquidação das perigosas situações de conflito que surgem nalgumas regiões do planeta, pela sua solução na base da vontade

dos povos, pelo afastamento do perigo que estas situações criam para a paz mundial. Condenam resolutamente a ingerência das forças imperialistas nos assuntos internos dos Estados soberanos, os métodos de *diktat* e de banditismo internacional aberto em várias regiões do mundo. Os países socialistas são inimigos convictos de qualquer terrorismo e, sobretudo, do terrorismo estatal que ameaça perturbar as relações internacionais, estão dispostos a colaborar construtivamente com todos os Estados para erradicar este fenómeno vergonhoso da vida da comunidade mundial.

Os países socialistas procuram insistentemente a liquidação do foco de guerra e uma solução pacífica e sólida do problema do Médio Oriente. Desenvolvem actividade política enérgica neste sentido, defendendo os interesses dos povos árabes na ONU e fora dela, prestam ajuda aos países árabes, vítimas da agressão israelita.

Os países socialistas apoiam a posição dos Estados árabes que se manifestam contra as soluções parciais do problema do Médio Oriente, considerando que este exige uma solução global que tenha em conta os interesses de todos os Estados e povos da zona e o seu direito à existência e desenvolvimento independentes. Ao pronunciar-se pela solução global dos problemas desta zona, a União Soviética salienta que esta deve pressupor a saída de Israel de todos os territórios árabes ocupados em 1967, a possibilidade do povo árabe da Palestina de criar o seu próprio Estado nacional, garantias internacionais de segurança mais estritas para todos os Estados desta zona, sem excepção. Vários países árabes procuram desenvolver a cooperação mutuamente vantajosa com a URSS e outros Estados socialistas, vendo neles combatentes consequentes pela paz justa no Médio Oriente.

As relações dos Estados da comunidade socialista com os jovens Estados libertados ampliaram-se consideravelmente. Os países socialistas apoiam a luta dos povos contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, contra quaisquer formas de dominação e opressão. Apoiavam e apoiarão as forças que lutam pela libertação nacional e os povos dos países que se libertaram e defendem numa luta difícil a sua independência e liberdade, incluindo o seu direito de escolher livremente o caminho do desenvolvimento social, assegurar a integridade territorial, a independência e a soberania dos seus países. Desenvolvem a cooperação multiforme e a interacção de camaradagem com os jovens Estados que escolheram o caminho do desenvolvimento socialista.

Os Estados socialistas desenvolvem as suas relações com os países libertados de África, relações que assentam nos princípios da solidariedade com os povos que lutam pela independência e liberdade, pelo progresso nacional e social, da verdadeira igualdade de direitos, do respeito pela soberania e pela integridade territorial e da cooperação mutuamente vantajosa. Os países socialistas censuram asperamente a ingerência militar e política nos assuntos internos dos Estados afri-

8—2003

canos, manifestam-se pela mais rápida liquidação possível dos focos de tensão no continente e a superação das divergências existentes entre certos Estados africanos.

A União Soviética e outros países socialistas lutam em comum consequentemente pela extirpação do racismo e do apartheid e pela liquidação dos regimes coloniais existentes. A União Soviética ajudou a República Popular de Angola, que optou pela orientação socialista, quando esta foi agredida. Graças à firmeza dos patriotas angolanos e ao apoio da URSS, Cuba e de outros países socialistas, fracassou a tentativa das forças do imperialismo internacional de estabelecer neste país um regime neocolonialista. Os países socialistas prestaram uma ajuda efectiva à Etiópia quando esta foi alvo de agressão. Apoiam consequentemente a luta dos povos da África do Sul e solidarizam-se com todos os países em luta pela libertação nacional e contra o imperialismo.

Os países socialistas dedicam grande atenção à solução dos problemas na região asiática e do Pacífico. Nesta vasta região há bastantes nós complicados de contradições e, além disso, a própria situação política nalgumas das suas zonas apresenta-se instável. Os países socialistas consideram ser necessário procurar caminhos para a regularização política dos problemas candentes, no intuito de, paralelamente com isto e com base nisto, atenuar a agudeza do confronto militar em distintas regiões da Ásia e estabilizar aí a situação.

Os Estados socialistas dedicam muitos esforços ao estabelecimento de uma paz duradoura e de relações de boa vizinhança na Ásia, ampliam os contactos mutuamente vantajosos com muitos países deste continente. O desenvolvimento da cooperação soviético-indiana desempenha importante papel no fortalecimento das relações internacionais na Ásia. Ambos os lados assinalaram reiteradas vezes que a amizade soviético-indiana resistiu à prova do tempo, não está sujeita a considerações de conjuntura e é um importante factor da causa da paz e estabilidade na Ásia e em todo o mundo.

A União Soviética e outros países socialistas manifestaram-se decididamente em apoio do povo do Afeganistão que defende as conquistas da revolução democrática nacional. Em 1979, atendendo aos pedidos do governo afegão, a União Soviética enviou para este país um contingente militar limitado que, juntamente com os afegãos, participa na luta contra as forças contra-revolucionárias.

Os países socialistas consideram que as verdadeiras causas de numerosos conflitos na Ásia, África e América Latina residem na pobreza económica dos países em desenvolvimento explorados pelo imperialismo. As grandes dívidas destes países comportam graves consequências económicas e políticas para as relações internacionais. Os países socialistas pronunciam-se pela procura comum de caminhos para a regularização justa do problema das dívidas, o estabelecimento de uma nova ordem económica internacional que

garanta a segurança económica igual para todos os Estados.

Os Estados socialistas apoiam a vontade legítima e natural dos Estados libertados de disporem das suas riquezas nacionais. Apoiam as exigências de que as relações económicas internacionais sejam reestruturadas numa base democrática, justa e levando em consideração os interesses de todos os países. Dão um contributo real para este processo, baseando as relações com os países em desenvolvimento nos princípios fundamentais das relações económicas internacionais de novo tipo estabelecidos no quadro do CAME.

Os países socialistas consideram como uma das tarefas vitais a garantia da paz, a segurança e a cooperação na Europa. Os esforços insistentes da União Soviética e dos países socialistas irmãos tiveram um papel decisivo na viragem para o desanuviamento e para a paz neste continente. Culminou com êxito a Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, realizada em 1975 em Helsínquia. Participaram nela 33 Estados europeus, os EUA e o Canadá. Na Acta Final, assinada por todos os participantes na Conferência, são proclamados os princípios da coexistência pacífica que devem constituir a base das suas relações, determinadas as formas concretas de cooperação na esfera da economia, ciência, técnica, cultura e da protecção do meio ambiente. Guiando-se pelos acordos de Helsínquia, a União Soviética e outros países socialistas manifestam-se consequente e insistentemente pela compreensão mútua e boa cooperação no continente.

As relações soviético-americanas revestem-se de especial importância para atenuar o perigo de uma nova guerra mundial. No começo dos anos 70, deu-se uma viragem para o melhoramento destas relações. Alargaram-se consideravelmente os contactos em diversas esferas. Entre a URSS e os EUA foram assinados mais de 50 acordos sobre a cooperação. No entanto, os círculos reaccionários dos EUA opuseram-se ao desenvolvimento da cooperação normal entre estes dois países. Recorrendo ao mito da "ameaça soviética", começaram a agravar as relações com a União Soviética, tentam ingerir-se nos seus assuntos internos e debilitar as suas posições internacionais.

Como salientou o XXVII Congresso do PCUS (1986), os comunistas soviéticos manifestam-se a favor de relações normais e estáveis entre a União Soviética e os Estados Unidos da América. Essas relações pressupõem a não ingerência nos assuntos internos, o respeito pelos legítimos interesses recíprocos, o reconhecimento e a aplicçacão efectiva do princípio da igualdade e da segurança equitativa e o estabelecimento nesta base da maior confiança mútua possível. As diferenças dos sistemas sociais e das ideologias não devem conduzir às relações tensas. Existem premissas objectivas para o estabelecimento de uma cooperação soviético-americana frutuosa e mutuamente vantajosa nos mais diversos terrenos. O PCUS considera que a política de ambas as potências deve nortear-se pela compreensão mútua e não pela inimizade que ameaça ter con-

sequências drásticas quer para os povos soviético e americano, quer para os outros povos.

Os países socialistas consideram que, no fortalecimento da paz e da segurança na Europa, é tarefa importante baixar o nível de confronto militar com os países ocidentais e procuram a aplicação de medidas reais neste sentido.

Os países membros do Tratado de Varsóvia propuseram que os Estados participantes na Conferência Europeia se comprometessem a não serem os primeiros a recorrer ao uso das armas nucleares. A União Soviética comprometeu-se unilateralmente a não ser a primeira a empregar a arma nuclear. Foram apresentadas outras propostas importantes que prevêem a redução e a liquidação total dos mísseis nucleares de médio alcance e dos mísseis técnico-operativos, da arma química, a redução das forças armadas e armamentos convencionais. Elas criam a possibilidade real para a desnuclearização da Europa, a redução da actividade militar, oferecem a perspectiva de diminuição dos potenciais militares até ao limite de suficiência razoável e de dissolução dos agrupamentos militares.

No entanto, os EUA e seus aliados da NATO, procurando mudar a correlação de forças existente, não só não aceitaram estas propostas, como agravaram a situação na Europa com a instalação dos novos mísseis americanos de médio alcance nalguns países deste continente.

Actualmente, a luta pela cessação da corrida aos armamentos é mais aguda do que nunca. O imperialismo continua, a ritmos acelerados,

a preparação material de uma guerra. A corrida aos armamentos atingiu proporções sem precedentes. Custa à humanidade centenas de milhares de milhões de dólares, tão necessários à solução dos problemas sociais. Acumularam-se montes de armamentos que se aperfeiçoam e se renovam constantemente. Elaboram-se tipos de armas qualitativamente novos, cujo controlo e, em seguida, a sua limitação concertada se podem tornar extremamente difíceis e mesmo impossíveis.

A orientação dos Estados socialistas nas questões relativas à limitação da corrida aos armamentos depara com a resistência tenaz do imperialismo. Os países da NATO adoptaram uma posição negativa em relação às propostas positivas da União Soviética: a conclusão de um tratado mundial que proíba o uso da força nas relações internacionais e de um acordo entre todos os Estados signatários da Acta Final da Conferência Europeia de não serem os primeiros a usar armas nucleares uns contra os outros, etc.

Os países socialistas esforçam-se por conseguir a solução do problema do desarmamento numa base ampla da adopção dos acordos internacionais respectivos. Graças aos esforços insistentes da União Soviética e dos outros países socialistas, assim como às acções das amplas forças da paz, no domínio da contenção da corrida aos armamentos foram obtidos resultados importantes. Entraram em vigor convenções que proíbem as armas bacteriológicas e a utilização de técnicas de modificação de meio ambiente com fins mili-

tares. São tomadas certas medidas com vista a impedir a disseminação da arma nuclear. Contribui para tal a criação da primeira zona desnuclearizada no mundo, que abarca a maioria dos países da América Latina. A Assembleia Geral da ONU aprovou as propostas soviéticas sobre as garantias de segurança dos Estados não nucleares, a não instalação de armas nucleares no território dos países que não as possuem, e apelou às potências nucleares entabular negociações sobre a total cessação do fabrico de armas nucleares e a redução dos seus "stocks".

A política externa do PCUS e do Governo soviético unida aos esforços dos países socialistas e dos Estados libertados contribui para o desenvolvimento das tendências positivas existentes na vida internacional, obsta às acções agressivas do imperialismo orientadas contra a paz, a liberdade e a independência dos povos.

Capítulo V OS PAÍSES SOCIALISTAS E OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

A Grande Revolução Socialista de Outubro de 1917 na Rússia e a criação do primeiro Estado socialista no mundo significaram a mudança radical das condições de luta pelo progresso social em todos os países. O movimento de libertação nacional recebeu o apoio real das forças do socialismo.

A formação da comunidade dos países socialistas deu possibilidades ainda maiores para que o novo regime social influenciasse em toda a situação mundial no interesse da causa da paz, da democracia, independência nacional e socialismo. O fortalecimento e desenvolvimento da economia desses países contribui para a criação de condições políticas externas

mais favoráveis à luta dos povos pelo progresso social e ao desenvolvimento de todos os movimentos de libertação.

Ao sublinhar o papel especial do sistema socialista no processo revolucionário mundial, os marxistas-leninistas partem do papel histórico objectivo que este sistema tem como a maior conquista da classe operária unida com objectivos comuns, como a principal força anti-imperialista e anticapitalista. É precisamente neste elo do processo revolucionário mundial que se concentram as principais conquistas económicas, sócio-políticas e ideológicas da classe operária internacional, conquistas que criam uma poderosa base para o desenvolvimento de todo o movimento revolucionário de libertação; aqui se concentra o seu principal potencial.

Os países socialistas prestam toda a ajuda possível às forças revolucionárias e anti-imperialistas. O socialismo real é o principal apoio político de todas as revoluções de libertação. Claro que a sua existência não garante por si só a vitória, mas contribui para a consolidar e avançar para o socialismo mesmo nos países pequenos que se conseguem libertar do sistema imperialista.

Lénine afirmava que a revolução vitoriosa, cumprindo as tarefas da edificação do socialismo, deve ajudar por todos os meios as forças revolucionárias de outros países. Mas opunha-se decididamente àqueles que consideravam possível "empurrar" e acelerar artificialmente a revolução de fora.

Hoje, o socialismo real ajuda a luta pela transformação progressista da sociedade humana com diversos métodos.

Com a sua luta pela paz, assegura a principal condição para a própria existência da humanidade, a própria possibilidade de todo o progresso social. O desenvolvimento estável da economia socialista, unida por centenas de laços à economia mundial, consolida os princípios da coexistência pacífica dos Estados com regimes sociais diferentes.

O socialismo real exerce crescente influência no carácter das relações internacionais, contribuindo para a sua democratização. Princípios e normas das relações internacionais, avançados pelo socialismo, como a plena igualdade de direitos, o respeito da integridade territorial, da independência estatal e da soberania, a não-ingerência nos assuntos internos, abrem caminho na prática mundial e na vida internacional.

À medida que o socialismo revela as suas vantagens, as ideias socialistas ganham para o seu lado cada vez mais partidários, estimulando a luta dos trabalhadores contra o capital. Lénine escrevia: "... dizíamos e dizemos: 'O socialismo tem a força do exemplo'. A violência tem a sua força em relação àqueles que querem restabelecer o seu poder. Mas é nisto que se esgota o significado da violência, e depois já tem força a influência e o exemplo. É necessário mostrar praticamente, pelo exemplo, a importância do comunismo" [1].

[1] V. I. Lénine. *Obras Completas*, p. 42. p. 75.

Actualmente, o socialismo exerce enorme influência na mentalidade e sentimentos de milhões de pessoas na Terra. Assegura firmemente aos trabalhadores a liberdade, os autênticos direitos democráticos, o bem-estar, todo o acesso aos conhecimentos, a confiança firme no futuro. Traz a paz, serve de apoio aos povos que lutam pela sua liberdade e independência. À medida que se desenvolve, o socialismo revela as suas possibilidades sociais, a sua superioridade sobre o capitalismo. O crescimento rápido e estável da economia nacional dos países socialistas, o aumento do bem-estar do povo e as novas conquistas na emulação económica e técnico-científica com o mundo capitalista multiplicam o poder atractivo das ideias socialistas e fortalecem as posições das forças de esquerda na luta de classes.

O exemplo do socialismo real adquire particular importância face ao agravamento da crise geral do capitalismo. O socialismo demonstra as suas vantagens, em primeiro lugar, no domínio económico. A estabilidade do desenvolvimento da economia dos países socialistas, livre de crises e do desemprego, impressiona os trabalhadores do mundo não socialista.

A economia representa hoje o principal campo de luta entre os dois sistemas sociais opostos. Já na aurora do Poder Soviético, Lénine assinalava:

"Actualmente, é com a nossa política económica que mais influímos na revolução mundial... Neste terreno a luta foi transferida para a escala mundial. Realizemos esta tarefa e então teremos ganho à escala internacional de forma segura e definitiva"[1].

A correlação de forças na arena internacional e o grau de sua influência política dependem em grande medida da correlação entre os potenciais económicos gerais dos países socialistas e dos países capitalistas e da sua parte no volume global da produção industrial mundial. Quanto mais elevado o potencial económico dos países socialistas, maior a sua influência no ritmo e na direcção do desenvolvimento histórico e menores as possibilidades do capitalismo para impedir o desenvolvimento progressivo da sociedade humana.

A tendência principal na emulação económica entre o socialismo e o capitalismo é a mudança incessante da correlação das forças económicas a favor do socialismo. Os ritmos de desenvolvimento da URSS demonstraram a capacidade do socialismo de vencer o capitalismo no domínio económico. Se os EUA, a Alemanha e a Inglaterra precisaram de 80 a 150 anos para aumentar a produção industrial 30 vezes aproximadamente, a URSS conseguiu-o em cerca de 40 anos, tendo-se em conta que as guerras contra os invasores estrangeiros e a restauração da economia nacional arruinada levaram dois decénios. A Segunda Guerra Mundial causou à União Soviética um prejuízo enorme: 679 mil milhões de dólares (em preços de 1941), enquanto os EUA quase não sofreram prejuízo no seu território e aumen-

[1] V. I. Lénine. *Obras Escolhidas em Três Tomos*, t. 3, pp. 523, 524.

taram o rendimento nacional, nos anos 1939-1944, em 96 mil milhões de dólares.

Na perspectiva histórica, na emulação económica entre o socialismo e o capitalismo influirá cada vez mais o facto de os países socialistas ultrapassarem consideravelmente os países capitalistas pelo ritmo de crescimento económico. Se, por exemplo, em 1950-1982, a produção industrial dos países socialistas aumentou 16 vezes, nos países capitalistas desenvolvidos apenas 3,8 vezes. Os ritmos rápidos de crescimento da economia nacional nos países socialistas permitem elevar o nível de vida dos trabalhadores e aumentar a possibilidade para o desenvolvimento eficaz contínio da economia, da ciência e da cultura.

Quanto mais muda a correlação dos potenciais económicos do socialismo e do capitalismo, tanto mais aguda se torna a emulação entre eles. O capital monopolista utiliza ao máximo o progresso técnico e a "integração" da economia capitalista, recorre à regulação monopolista de Estado da economia a fim de diminuir e liquidar a diferença nos ritmos de desenvolvimento. Mas só o conseguem alguns países capitalistas e ainda assim durante um período relativamente curto. Em geral, a economia do capitalismo continua instável e sujeita aos fenómenos de crise como a recessão, a inflação, o desemprego, a subida dos preços, etc.

As medidas tomadas pelo PCUS e outros partidos governantes com vista à melhor utilização das forças produtivas e à plena revelação das vantagens do regime socialista permitem ao sistema socialista mundial conquistar passo a passo novas posições na emulação económica pacífica com o capitalismo. A via rumo à aceleração do desenvolvimento socioeconómico, à elevação da eficácia e da qualidade da produção e à utilização completa das realizações da revolução técnico-científica — tudo isto contribui para intensificar a ofensiva económica do socialismo mundial.

O novo regime social demonstra a sua superioridade sobre o capitalismo também na esfera das relações sociais. As possibilidades e as vantagens do socialismo revelam-se cada vez mais completamente no desenvolvimento do sistema político do socialismo, no aperfeiçoamento e aprofundamento da democracia. Na URSS e noutros Estados socialistas foi resolvida numa base justa e democrática a questão nacional. Os êxitos dos países socialistas são impressionantes, sobretudo quando comparados com a ofensiva dos monopólios contra o nível de vida e os direitos sociais dos trabalhadores (aumento da inflação e do desemprego).

Os países socialistas, ao garantir aos seus povos direitos e liberdades socioeconómicos, estimulam a luta dos trabalhadores dos países capitalistas contra a exploração e o domínio do capital. A existência do socialismo real e os seus êxitos na solução de importantes problemas económicos, sociais e políticos obrigam a burguesia imperialista a tornar-se mais transigente em relação às reivindicações da classe operária e de outras camadas trabalhadoras e a satisfazer algumas das

suas reivindicações sociais e económicas mais essenciais.

A existência do sistema socialista mundial limita sensivelmente as possibilidades do imperialismo de exportar abertamente a contra-revolução. Isto permite aos trabalhadores voltarem-se tembém para os métodos pacíficos de conquista do poder, para a prevenção da guerra civil e a utilização das formas de democracia burguesa, inclusive o parlamento.

Claro que as formas de passagem de diferentes países para o socialismo dependem antes de mais da correlação concreta das forças de classe no país. Mas a particularidade mais importante do desenvolvimento do processo revolucionário mundial é, na etapa actual, a crescente influência do socialismo real e do sistema socialista nas formas, métodos e vias de transformação revolucionária da sociedade.

O sistema socialista mundial e o exemplo do socialismo têm grande influência no conteúdo, formas e orientação socioeconómica do movimento de libertação nacional. Os povos, que acabaram com o colonialismo, encontram na experiência do socialismo ideias que lhes permitem escolher vias eficazes para consolidar a independência nacional, superar o atraso e atingir a independência económica e o progresso socioeconómico.

Entre os países socialistas e os países libertados estabeleceram-se relações assentes nos princípios da plena igualdade de direitos e respeito mútuo. A aliança com os países socialistas contribui

para a elevação do papel dos jovens Estados como importante factor independente da política mundial. Esta aliança é cada vez mais estreita, pois assenta na comunidade de interesses na luta contra o imperialismo, pela paz e a liquidação do colonialismo e o neocolonialismo. Os Estados socialistas prestam ajuda militar e diplomática aos países em desenvolvimento, vítimas das aventuras militares do imperialismo. A cooperação com os países socialistas ajuda os jovens Estados soberanos na luta pela independência económica e na superação do seu atraso económico e cultural.

Os países capitalistas desenvolvidos gabam-se, frequentemente, da "ajuda" que concedem aos países em desenvolvimento. Mas esta ajuda torna os países ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Isto resulta da troca não equivalente e só vantajosa para os grandes monopólios, da diferença dos preços entre a matéria-prima comprada nos países em desenvolvimento e os artigos industriais vendidos a eles, bem como da inflação e da subida dos preços do petróleo e dos seus derivados. Também os investimentos de capitais para os países em desenvolvimento os empobrecem, porque os lucros exportados deles são superiores aos investimentos. As dívidas dos países em desenvolvimento ultrapassavam, nos meados dos anos 80, a soma astronómica de 600 mil milhões de dólares.

O socialismo presta toda a ajuda económica aos países em desenvolvimento, o que lhes permite diminuir a sua dependência do capitalismo e facilita a reorganização progressista da econo-

9—2003

mia e de outras esferas da vida social. Os países socialistas vendem aos jovens Estados equipamentos necessários à industrialização e compram em troca os seus produtos de exportação tradicionais, o que influi positivamente na balança comercial e de pagamentos. Concedem-lhes créditos em condições vantajosas. No fim dos anos 70, os créditos concedidos pelos países membros do CAME aos países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina constituíram cerca de 15 mil milhões de rublos.

Uma vez que o socialismo liquida o monopólio do imperialismo no domínio dos créditos e empréstimos, na exportação de equipamentos e transmissão de tecnologia, o capital ocidental vê-se obrigado a evitar as formas mais brutais e abertas de exploração colonial, baixar nalguns casos os juros sobre os créditos, prolongar o prazo de pagamento. É uma espécie de ajuda indirecta dos países socialistas aos jovens Estados soberanos.

Os países membros do CAME prestam auxílio económico e técnico a 80 jovens Estados. Só a União Soviética assumiu o compromisso de prestar assistência aos países em desenvolvimento na construção e modernização de cerca de mil empresas industriais, construções e outras obras. Mais de 550 delas já entraram em funcionamento. No período entre 1957 e 1977, com o auxílio da União Soviética, nos países em desenvolvimento foram construídas empresas metalúrgicas que permitem produzir 5,3 milhões de toneladas de aço e mais de 4 milhões de toneladas de laminados por ano. Entre elas as empresas metalúrgicas de Bhilai e Bokaro, às quais corresponde 40% do aço produzido na Índia; as empresas metalúrgicas na Argélia, Turquia e noutros países.

Os países socialistas dispensam aos Estados em desenvolvimento uma assistência substancial na formação de quadros nacionais de especialistas e operários qualificados. Nos estabelecimentos de ensino, nas obras de construção e nas empresas dos países socialistas, assim como nos próprios países em desenvolvimento foram formadas várias centenas de milhares de especialistas. Os países socialistas deram grande contribuição para a formação de especialistas no domínio da ciência e da cultura.

A União Soviética e outros países socialistas resistem com decisão à política agressiva da reacção imperialista para com os países e povos que obtiveram a liberdade e a independência nacional. Com a nova correlação de forças, o imperialismo não ousou, numa série de casos, ingerir-se abertamente nos assuntos dos povos da Ásia e África. O fortalecimento das posições do sistema socialista mundial não só contribuiu para o ascenso do movimento de libertação nacional, como criou condições que permitiram aos povos de muitos países, anteriormente sob o domínio colonial, conquistar a independência nacional com métodos pacíficos, sem luta armada.

Os países socialistas procuram criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento da cooperação com os países libertados, a supressão das dificuldades que surgem nas relações de alguns

deles com a comunidade socialista. Guiando-se firmemente pelos princípios leninistas, procuram regularizar os problemas surgidos e fazer que algumas divergências não prejudiquem a cooperação.

A União Soviética e outros países socialistas envidam muitos esforços para a solução justa das situações de conflito surgidas por culpa do imperialismo nalgumas regiões do mundo. Lutam consequentemente contra as manobras dos círculos imperialistas no Médio Oriente, as consequências do acordo anti-árabe de Camp David.

Os países socialistas pronunciam-se pela solução justa dos problemas surgidos no Oriente Próximo e Médio. Apoiam energicamente a proposta dos Não-Alinhados sobre a transformação do Oceano Índico numa zona de paz, são os iniciadores do fortalecimento da segurança no continente asiático.

Exercendo grande influência no desenvolvimento do processo revolucionário mundial, o sistema socialista também necessita do apoio do proletariado dos países capitalistas e dos povos dos Estados libertados. É precisamente a solidariedade de todas as forças revolucionárias que permite conduzir a luta eficaz pela paz, a democracia, a independência nacional e o socialismo, debilita as posições do imperialismo e obsta às suas aventuras militares. Todas as forças autenticamente revolucionárias da actualidade consolidam-se nas acções comuns contra os actos de agressão do imperialismo e consideram ser seu

dever defender a paz, o progresso social e a democracia.

A solidariedade de outras forças revolucionárias com os países socialistas exprime-se na divulgação da verdade sobre a política externa de paz dos países irmãos, que corresponde aos interesses vitais de todos os povos, e a prática de transformação da sociedade nas bases socialistas. Pressupõe a resistência às campanhas da propaganda burguesa que calunia o socialismo real, procura isolar dele as outras forças revolucionárias e denegrir os seus ideais sociais.

A luta contra todas as formas de anticomunismo tem grande importância. Os partidos comunistas não consideram como anticomunistas todos os que não concordam com a sua política ou criticam a sua actividade. O anticomunismo foi e continua a ser um instrumento das forças imperialistas e reaccionárias na sua luta contra os comunistas e contra todas as liberdades democráticas. Estas forças procuram impedir, com as campanhas anticomunistas, a unidade do movimento operário e a cooperação das forças democráticas e pacíficas.

A burguesia imperialista procura abalar a solidariedade dos trabalhadores dos países capitalistas do Ocidente e do Oriente com o mundo socialista. Compreende que a consolidação da solidariedade dos trabalhadores condena ao fracasso os planos imperialistas para impedir a vitória das forças de esquerda nos países do Ocidente e para a penetração do neocolonialismo no antigo mundo colonial. Para separar o socialismo real das

outras forças revolucionárias, os imperialistas empregam os mais diversos métodos. Além de preconizar a "oposição" entre os interesses da classe operária dos países ocidentais e os dos povos dos países socialistas, a "inutilidade" da experiência do socialismo real para a Europa, Ásia e América Latina e utilizando outros métodos de influência ideológica e psicológica, recorre-se amplamente a métodos subversivos, "sanções" militares contra os países que procuram o apoio do socialismo mundial na sua luta pela independência.

Um dos objectivos do imperialismo é debilitar o apoio dos povos do mundo não socialista à política externa de paz dos países socialistas, à sua linha orientada para pôr fim à corrida aos armamentos e para o desarmamento. Tenta-se inculcar nas massas trabalhadoras o mito sobre a ameaça militar proveniente do socialismo; ao mesmo tempo, todos os que apoiam as propostas pacíficas dos países socialistas são acusados de "submissão a uma potência estrangeira", de "olharem a Moscovo", ou mesmo de traírem os interesses nacionais.

Todos estes actos visam afrouxar o apoio do socialismo por parte dos trabalhadores de outros países e conseguir assim a diminuição da sua influência internacional, debilitar o sistema socialista mundial, impedir a consolidação da cooperação entre os países socialistas irmãos.

Na etapa actual da luta ideológica entre o socialismo e o capitalismo, a luta contra as diversas concepções do oportunismo "de esquerda" e

o extremismo tem grande importância. A gama ideológica do oportunismo de "esquerda" e do extremismo é muito variegada. Alguns pseudo-esquerdistas seguem as ideias do trotskismo e o anarquismo, outros dizem-se partidários do terrorismo, etc. A reanimação destas correntes é um dos indicadores do agravamento da crise geral do capitalismo, por um lado, e da intensificação da luta ideológica no cenário internacional, por outro. Lutando contra os esquerdistas, os partidos comunistas consideram necessário fazer diferença entre o oportunismo e movimentos extremistas anti-socialistas afins e o verdadeiro protesto contra o capitalismo por parte das camadas não proletárias de tendências radicalistas.

As forças interessadas no fortalecimento da cooperação com os países socialistas propagam e defendem activamente as ideias do internacionalismo proletário, da cooperação e compreensão mútua dos diferentes destacamentos do movimento revolucionário mundial. Vêem na comunidade socialista o sector-chave do processo revolucionário mundial, o seu baluarte de vanguarda.

A luta em torno da atitude para com a experiência do sistema socialista mundial atinge inevitavelmente as leis gerais do desenvolvimento da revolução e da edificação do socialismo. A compreensão e a consideração destas leis constituem a base da actividade dos partidos revolucionários. Por isso, a elaboração e aperfeiçoamento da estratégia e a táctica revolucionárias é importante direcção da sua actividade ideológica. A ri-

quíssima experiência do socialismo mundial é uma fonte inesgotável das ideias revolucionárias.

* * *

A comunidade socialista mundial durante quase quatro decénios da sua existência conseguiu resolver uma série de importantes problemas relativos ao aperfeiçoamento das relações e ao fortalecimento da cooperação entre os Estados irmãos. A consolidação da amizade e da cooperação dos países socialistas é a principal tendência que caracteriza o desenvolvimento da comunidade socialista mundial. O futuro pertence à política de unidade fraterna dos países socialistas, à política de paz e progresso, de unidade com todas as forças revolucionárias da actualidade.

VOCABULÁRIO

Agressão: emprego da força — ilegítimo do ponto de vista do direito internacional e das normas da vida internacional — por um Estado contra outro. O ataque armado contra outro Estado com o objectivo de usurpar o seu território e riquezas materiais, liquidar o seu regime político, etc. Os Estados imperialistas recorrem frequentemente, à agressão indirecta; e encorajamento da actividade subversiva contra outros Estados, as medidas de pressão política ou ideológica sobre a população de outros Estados, etc.

Antagonismo; contradições irreconciliáveis. O antagonismo entre as classes opostas, por exemplo, entre a burguesia e o proletariado, resolvem-se na sociedade através da revolução. A causa do antagonismo na sociedade é a propriedade privada dos meios de produção. No socialismo, as contradições não são antagónicas porque domina a propriedade social dos meios de produção.

10—2003

Anticomunismo: ideologia e política da burguesia imperialista, hostis à teoria e à prática comunista, e que deturpam a doutrina marxista-leninista.

Burguesia: classe dominante da sociedade capitalista que possui os principais meios de produção e vive à custa da exploração do trabalho assalariado.

Capitalismo: modo de produção dos bens materiais assente na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalho assalariado.

Capitalismo monopolista de Estado: forma moderna de capitalismo monopolista que se caracteriza pela combinação da força dos monopólios com o poderio do Estado burguês para conservar o regime capitalista, assegurar ao capital financeiro os lucros máximos, esmagar o movimento operário revolucionário e o movimento de libertação nacional e lutar contra os países do sistema socialista mundial.

Classes (sociais): grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado e, antes de mais, pela sua relação com os meios de produção.

Colonialismo: política dos Estados imperialistas que visa a subjugação directa dos povos dos países economicamente atrasados.

Complexo militar-industrial: aliança entre os monopólios industriais de guerra, as esferas militaristas e a burocracia estatal dos países capitalistas que propugna a corrida aos armamentos no

interesse do fortalecimento do domínio do capital monopolista.

Comunismo: formação socioeconómica que substitui o capitalismo. Tem duas fases: o socialismo (a primeira fase) e o comunismo propriamente dito (a segunda fase).

Concorrência: luta antagónica entre os produtores privados por condições mais vantajosas de produção e venda dos produtos.

Crise geral do capitalismo: crise do sistema capitalista mundial no conjunto que engloba a economia, a política e a ideologia: estado do sistema capitalista mundial que se caracteriza pelo fracasso do modo de produção capitalista e a afirmação do regime novo, socialista.

Democracia: forma de regime político assente no reconhecimento dos princípios do poder do povo, da liberdade e igualdade dos cidadãos. Tem carácter de classe.

Democracia burguesa: uma das formas de domínio político da burguesia. É a democracia para a minoria exploradora e serve de instrumento de defesa dos interesses da classe dos capitalistas.

Democracia socialista: tipo superior de democracia política que assegura a autogestão socialista do povo, os autênticos direitos e liberdades políticos dos cidadãos, a sua igualdade perante a lei, a unidade dos direitos e os deveres. Assegura a participação dos trabalhadores na direcção dos assuntos da sociedade e do Estado. O aperfeiçoamento multilateral da democracia socialista levará, no comunismo, à substituição do Estado pela autogestão social comunista.

Direitos do homem: possibilidades sociais, cuja utilização permite ao homem viver, trabalhar e desenvolver as suas qualidades humanas. Em oposição ao Estado burguês, onde os direitos do homem são apenas proclamados, no socialismo os direitos do homem não só são proclamados, como é garantido o seu exercício real.

Ditadura do proletariado: poder estatal da classe operária que se estabelece no curso da revolução socialista. Utiliza-se para obter a vitória desta revolução, esmagar as classes exploradoras derrubadas e edificar o socialismo.

Divisão internacional do trabalho: distribuição territorial da criação de diferentes tipos de produtos entre os países que se especializam na criação de determinados produtos.

Divisão social do trabalho: separação entre os diferentes tipos de trabalho na sociedade, especialização dos produtores na criação dos produtos em determinados ramos da economia nacional (indústria, agricultura, transportes, etc.).

Estado: organização do poder político na sociedade dividida em classes.

Estado burguês: instrumento do domínio político da classe dos capitalistas e do esmagamento dos inimigos de classe, sobretudo, do proletariado, a fim de fortalecer o seu domínio económico e político.

Estado socialista: surge como Estado da ditadura do proletariado em resultado da revolução socialista; organização política do domínio da classe operária sobre os exploradores derrubados; instrumento de edificação do socialismo e de defesa das suas conquistas. Com a vitória completa e definitiva do socialismo, o Estado de ditadura do proletariado transforma-se em Estado socialista de todo o povo.

Exploração: apropriação grutuita pelos proprietários dos meios de produção dos produtos do sobretrabalho e, às vezes, de parte do trabalho necessário dos produtores directos.

Expropriação: privação coercitiva (com ou sem indemnização) da propriedade de uma classe social por outra. Por exemplo, a nacionalização da propriedade dos monopólios estrangeiros em muitos países em desenvolvimento.

Forças produtivas: meios de produção com os quais se produzem os bens materiais; homens que põem em funcionamento os intrumentos de produção e realizam a produção dos bens materiais graças à sua experiência e hábitos de trabalho.

Ideologia: sistema de concepções filosóficas, políticas, religiosas e estéticas que exprime, em última instância, os interesses das classes sociais.

Imperialismo: capitalismo monopolista, a sua fase superior e última de desenvolvimento, véspera da revolução socialista.

Integração económica socialista: unificação e coordenação planificada dos esforços dos países socialistas com o objectivo de aperfeiçoar o processo de divisão internacional do trabalho, aproximar e igualar os níveis do seu desenvolvimento económico.

Internacionalismo proletário, socialista: concepção do mundo que afirma a igualdade e os direitos iguais de todos os povos, independente-

mente da sua nacionalidade e raça. Pressupõe a unidade e a solidariedade dos trabalhadores de todos os países na sua luta contra a exploração, a opressão, a injustiça económica e social.

Leninismo: (pelo nome do seu fundador Lénine): nova etapa no desenvolvimento do marxismo, o marxismo da época do imperialismo e revoluções proletárias, época da desagregação do colonialismo e da vitória dos movimentos de libertação nacional, época da passagem da humanidade do capitalismo para a sociedade socialista.

Luta de classes: luta entre as classes hostis dos explorados e os exploradores que constitui a principal força motriz de todas as formações socioeconómicas antagónicas.

Marxismo-leninismo: sistema científico coerente de concepções filosóficas, económicas, políticas e sociais que constituem a concepção do mundo da classe operária; ciência sobre as leis do desenvolvimento da natureza e da sociedade, a revolução socialista e a ditadura do proletariado, a vitória do socialismo e a edificação da sociedade comunista.

Modo de produção: modo historicamente determinado de obtenção dos bens materiais necessários aos homens para a produção e o consumo pessoal, a produção dos meios de produção e dos bens de consumo. É a unidade das forças produtivas e das relações de produção.

Nacionalização: passagem da propriedade privada sobre a terra, empresas industriais, bancos, transportes, etc. em propriedade do Estado.

NATO: Organização do Tratado do Atlântico Norte, aliança político-militar dos países capitalistas dirigida contra os países socialistas e o movimento de libertação nacional. Formou-se em 1949.

Neocolonialismo: política dos Estados imperialistas que tem por objectivo manter ou restabelecer sob uma nova forma o domínio económico, político e ideológico nos países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina.

Período de transição do capitalismo para o socialismo: período de transformação revolucionária da sociedade capitalista em sociedade socialista e de edificação do socialismo.

Produtividade do trabalho: capacidade do operário de criar numa unidade de tempo (hora, dia de trabalho) uma quantidade determinada de produtos.

Proletariado: na sociedade capitalista a classe dos operários assalariados, privados dos meios de produção e obrigados a vender a sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção, aos capitalistas.

Reformas agrárias: transformações nas formas do usufruto da terra, realizadas pelo Estado ou órgãos do poder revolucionário. As reformas agrárias acompanham, geralmente, a revolução democrática popular. São parte necessária da revolução socialista, no decurso da qual o campesinato trabalhador recebe terra.

Relações de produção: relações entre as pessoas no processo de produção social, distribuição, troca e consumo. O carácter das relações de produção é determinado pela relação dos homens

com os meios de produção. As relações de produção estabelecem-se e desenvolvem-se conforme o nível e carácter das forças produtivas.

Revisionismo: corrente oportunista no movimento operário que, sob pretexto da "revisão" e "renovação", tergiversa o marxismo-leninismo.

Revolução: transformação radical, modo de passagem de uma formação económico-social caduca para a mais progressista.

Revolução democrática popular: revolução antifeudal e anti-imperialista. As revoluções democráticas populares desencadearam-se no curso da luta antifascista dos povos durante e depois da Segunda Guerra Mundial. A sua força motriz foi uma ampla frente popular da classe operária, os camponeses, os intelectuais, a burguesia pequena e média dirigida pela classe operária com os partidos marxistas-leninistas à frente.

Sistema capitalista mundial: conjunto de relações económicas internacionais entre as economias nacionais dos países do mundo não socialista. Formou-se no período do imperialismo e caracteriza-se pela exploração dos países subdesenvolvidos pelos Estados capitalistas desenvolvidos e a expansão neocolonialista.

Sistema socialista mundial: comunidade socioeconómica e política de Estados livres, soberanos e iguais em direitos, unidos pelos interesses e objectivos comuns e que seguem o caminho do socialismo.

Soberania: independência política do Estado na actividade interna e na política externa que não admite a intervenção estrangeira.

Socialismo: primeira fase da formação comunista assente na propriedade social dos meios de produção e no trabalho livre da exploração dos membros da sociedade iguais em direitos.

Socialismo desenvolvido: etapa longa e objectivamente necessária da primeira fase da formação socioeconómica comunista. Caracteriza-se pelo elevado nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção e pela afirmação completa das bases colectivistas do socialismo. Nesta etapa realizam-se plenamente as vantagens do socialismo, satisfazem-se cada vez mais completamente as necessidades dos homens e criam-se condições para o seu desenvolvimento harmonioso.

Tratado de Varsóvia: aliança político-militar defensiva dos Estados socialistas europeus. A sua criação, em 1955, foi a resposta às ameaças do bloco político-militar agressivo da NATO.

Via não capitalista: desenvolvimento do país que cria as premissas para a construção do socialismo evitando a fase de desenvolvimento capitalista.

Índice

Capítulo I. A perspectiva socialista 3
Capítulo II. As revoluções socialistas na Europa, Ásia e América Latina 13
Capítulo III. A formação e o desenvolvimento do sistema socialista mundial 62
Capítulo IV. A luta dos países socialistas contra o perigo de uma guerra, pelo fortalecimento da paz 104
Capítulo V. Os países socialistas e os movimentos de libertação 121
Vocabulário 137

AO LEITOR

Os Editores ficar-lhe-ão muito agradecidos se nos der a conhecer a sua opinião acerca da tradução do presente livro, assim como acerca da sua apresentação e impressão. Agradecer-lhe-emos também qualquer outra sugestão.

O nosso endereço é:

Edições Progresso,
Zúbovski bulvar, 21
Moscovo, 119021
URSS

EDIÇÕES PROGRESSO

Livro já publicado

A. SERTSOVA, V. CHICHKINA, L. IAKOVLEVA. *Que É a Revolução?* («ABC dos conhecimentos sociais e políticos»).

Os autores do livro analisam o problema das revoluções sociais como lei de transição de uma formação socioeconómica para a outra.

Analisam os tipos históricos de revoluções sociais, concentrando-se mais atentamente na questão das revoluções socialistas.

O livro mostra que o sistema socialista é o factor decisivo do desenvolvimento da humanidade.

Os autores falam também do desenvolvimento do processo revolucionário mundial na época actual.

EDIÇÕES PROGRESSO

Livro já publicado

V. KACHIN, N. TCHERKASSOV. *Que É o Período Transitório?* («ABC dos conhecimentos sociais e políticos»).

Quais são as leis da formação do socialismo? Quais são estruturas económicas fundamentais do período de transição e que classes lhes correspondem? Porque é que o Estado deste período só pode ser a ditadura do proletariado? Sob que formas se manifestam as leis gerais de transição do capitalismo para o socialismo nos países que enveredam pela via do desenvolvimento independente?

Os autores deste livro respondem a todas essas questões de forma acessível e interessante.

O livro é destinado a um amplo leque de leitores.

EDIÇÕES PROGRESSO

Zivro já publicado

G. BELOV. *Que É o Estado?* («ABC dos conhecimentos sociais e políticos»).

A questão do poder de Estado é o aspecto mais importaete entre os numerosos aspectos sócio-políticos de reestruturação da sociedade na base da liberdade e da justiça. Como aparece, em que se baseia o Estado surgido da revolução social?

O livro fala das formas de poder político, dos princípios democráticos sem os queis é impossível edificar uma sociedade justa, da participação dos trabalhadores na administração de todas as esferas da vida.

O livro, assim como toda a série, é destinado a todos os leitores.

EDIÇÕES PROGRESSO

Livro já publicado

D. DMITERKO, V. PUGATCHEV. *Que É o Poder dos Trabalhadores?* («ABC dos conhecimentos sociais e políticos»).

Os autores dão respostas pormenorizadas ás perguntas: que é a democracia? Que papel desempenham o partido revolucionário e o Estado socialista no mecanismo do poder do povo? Que é o centralismo democrático? De que direitos, liberdades e deveres goza o indivíduo no socialismo? Como se desenvolve a democracia durante a construção do socialismo?

Escrito em linguagem acessível a todos, o livro interessará um amplo círculo de leitores.

abc DOS CONHECIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS

A colecção ABC dos Conhecimentos Sociais e Políticos inclui:

1. Marx, Engels, Lénine sobre a Sociedade (Antologia)
2. Que é o Marxismo-Leninismo?
3. Que é a Economia Política?
4. Que é a Filosofia?
5. Que é o Comunismo Científico?
6. Que é o Materialismo Dialéctico?
7. Que é o Materialismo Histórico?
8. Que é o Capitalismo?
9. Que é o Socialismo?
10. Que é o Comunismo?
11. Que é o Trabalho?
12. Que é a Mais-Valia?
13. Que é a Propriedade?
14. Que são as Classes e a Luta de Classes?
15. Que é o Partido?
16. Que é o Estado?
17. Que é a Revolução?
18. Que é o Período de Transição?
19. Que é o Poder dos Trabalhadores?
20. Que é o Sistema Mundial do Socialismo?

ISBN 5-01-00648-0